

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

GIULIANA ANDRÉA NIEDHARDT CAPELLA SANTOS

**PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS
NA CONSTRUÇÃO DE UM TEXTO EXEGÉTICO**

São Paulo
2010

GIULIANA ANDRÉA NIEDHARDT CAPELLA SANTOS

PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS
NA CONSTRUÇÃO DE UM TEXTO EXEGÉTICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. José Gaston Hilgert

São Paulo
2010

S237p Santos, Giuliana Andréa Niedhardt Capella.
Procedimentos enunciativos na construção de um texto
exegético / Giuliana Andréa Niedhardt Capella Santos – 2010.
82 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade
Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.
Bibliografia: f. 73-74.

1. Texto bíblico. 2. Exegese. 3. Texto Exegético. 4.
Enunciação. 5. Tematização. 6. Figurativização. I. Título.

CDD 220.6

GIULIANA ANDRÉA NIEDHARDT CAPELLA SANTOS

**PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS
NA CONSTRUÇÃO DE UM TEXTO EXEGÉTICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Gaston Hilgert – Orientador
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^ª. Dr^ª. Elida Jacomini Nunes
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof^ª. Dr^ª. Zilda Gaspar Oliveira de Aquino
Universidade de São Paulo

A Deus, revelado em Jesus Cristo, pois
“Não há linguagem nem fala onde não
se ouça a sua voz” (Salmo 19:3).

AGRADECIMENTOS

Principalmente a Deus, de cujo temor principia a sabedoria. A Ele sou agradecida pela direção dos meus passos, pela capacidade e pela sustentação nos anos de estudo dedicados à obtenção deste título.

Aos meus pais, pelo apoio contínuo e incondicional, sem o qual seria impossível a conclusão deste trabalho. Agradeço especialmente pelos conselhos, pelo carinho, pelo suporte financeiro e pelo estímulo durante todo o desenvolvimento desta dissertação.

Ao meu noivo, Raphael, pelo auxílio, incentivo e compreensão durante esta trajetória.

Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. José Gaston Hilgert, pela dedicação, direção, sugestões ricas e pertinentes e olhar criterioso sobre a dissertação.

RESUMO

A presente dissertação, sob o ponto de vista do quadro teórico da enunciação, desvela procedimentos na construção de um texto exegético que contribuem com a função do gênero de aproximar o leitor de determinado texto sob a perspectiva do exegeta. A exegese escolhida interpreta o livro de Ester – contido na Bíblia – de caráter histórico, cujos principais mecanismos enunciativos empregados com a finalidade de produzir efeito de objetividade e distanciamento são brevemente explicitados dentro da apresentação do quadro teórico, com a finalidade de exemplificação dos conceitos. A exegese, *If I Perish, I Perish*, de autoria de Major W. Ian Thomas, é analisada sob a perspectiva da sintaxe e semântica discursivas. Diferente do texto bíblico, o texto exegético possui diversos mecanismos que visam produzir o efeito de subjetividade e proximidade. A análise abrangerá três categorias desses mecanismos enunciativos: a relação entre enunciador e enunciatário (que expõe como o enunciatário é aproximado do enunciador); a relação do enunciador com o texto bíblico, muitas vezes referido no texto exegético (que expõe como o enunciatário é aproximado do texto exegético); e a figurativização (que expõe como o enunciatário é aproximado do texto bíblico). A análise não pretende normatizar, mas apenas desvelar processos enunciativos de efeito de sentido de aproximação, a fim de que sejam ferramentas conscientes nas mãos daqueles que buscam aproximar o enunciatário de si ou do texto.

Palavras-chave: Texto bíblico. Exegese. Texto Exegético. Enunciação. Tematização. Figurativização.

ABSTRACT

This very dissertation unveils, from the point of view of the theoretical framework of enunciation, procedures used in the elaboration process of an exegetical text which collaborate with the genre's function of bringing the reader near to a given text by the perspective of the exegete. The chosen exegesis presents an interpretation of the Book of Esther – part of the Bible –, a historical-like text whose main enunciative mechanisms used in order to cause effects of objectivity and distance are briefly presented along the exposure of the theoretical framework working as examples to this last one. The exegesis, *If I Perish, I Perish*, by Major W. Ian Thomas, is analyzed from the perspective of discursive syntax and discursive semantics. Differently from the biblical text, the exegetical text presents many mechanisms that cause the effect of subjectivity and proximity. The analysis will circumscribe three types of such mechanisms: the relation between enunciator and enunciatee (which reveals how the enunciatee is brought near to the enunciator); the relation between the enunciator and the biblical text, often mentioned in the exegetical text (which reveals how the enunciatee is brought near to the exegetical text); and figurativization (which reveals how the enunciatee is brought near to the biblical text). The results of the analysis are not prescriptive, but descriptive. They reveal existing enunciative mechanisms with approximating function, so that they can be tools to a conscious use by those who seek to bring the enunciatee near to them or to the text.

Keywords: Biblical Text. Exegesis. Exegetical Text. Enunciation. Thematization. Figurativization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 O CORPUS	12
1.1 O texto bíblico	12
1.2 O texto exegético	17
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS	20
2.1 Sintaxe discursiva	21
2.2 Semântica discursiva	30
3 ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS NA EXEGESE ..	33
3.1 A relação do enunciador com o enunciatário	33
3.2 A relação do enunciador com o texto-fonte	39
3.3 A figurativização	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	74
ANEXO	76

INTRODUÇÃO

A exegese, em termos específicos, costuma denominar o trabalho de interpretação de textos sagrados. Portanto, em sentido amplo, a sua finalidade é a interpretação do texto. Por meio de diferentes recursos linguísticos, o autor do texto exegético cria um novo texto por meio do qual interpreta um texto original e, através dessa interpretação, transmite ao leitor, com linguagem apropriada e compreensível, a sua percepção do texto interpretado. Visto desta maneira, o texto exegético apresenta-se como um intermediador entre o texto interpretado e o leitor. Procura aproximar os dois, fazer com que o leitor compreenda o texto interpretado na perspectiva do autor da exegese. As escolhas linguísticas são responsáveis pela produção desse efeito aproximativo, afinal, o texto é um tecido de escolhas, que produzem efeitos de sentido diversos no texto. O objetivo geral da presente dissertação é desvelar procedimentos de construção do texto exegético que colaboram para o desempenho dessa função aproximativa da exegese.

A análise se concentrará em três procedimentos enunciativos no texto exegético, a saber: a relação do enunciador com o enunciatário; a relação do enunciador com o texto interpretado, origem da produção da exegese, ao qual se refere para produzir o texto exegético; e a figurativização. A verificação desses aspectos constitui os três objetivos específicos do trabalho. Muito mais poderia se dizer dentro do objetivo geral de desvelar os mecanismos responsáveis pelo efeito de aproximação no texto exegético, porém a análise se focará nessas três questões para uma melhor abordagem.

O texto interpretado pela exegese escolhida é o livro de Ester, parte das Escrituras. Ele apresenta-se como um livro histórico, e sua narrativa justifica a observância das festividades do Purim, festa anual judaica. Este livro existe em duas versões: a versão mais curta, utilizada especialmente por judeus e protestantes, e a versão mais longa, utilizada por católicos e judeus ortodoxos. A autoria e a época de sua composição são desconhecidas e somente estipuláveis com base em elementos do próprio texto. Durante a dissertação, ele será referido também como texto-fonte.

A exegese, redigida originalmente em língua inglesa e intitulada *If I Perish, I Perish*, é de autoria de Major W. Ian Thomas, pregador inglês, e é referente à versão mais curta do livro de Ester. A escolha do *corpus* foi fruto de motivações tanto pessoais quanto relacionadas ao próprio estudo linguístico. Anos de envolvimento com o cristianismo e menor tempo exercendo a função de tradutora de literatura cristã me concederam contato frequente com

diversos textos exegéticos, sejam eles em forma de sermões orais, sejam em manifestações na palavra escrita. Poucas são as exegeses do livro de Ester, principalmente em língua portuguesa, talvez por ele apresentar-se como livro histórico, característica que exclui, em princípio, a possibilidade de interpretações e não ser de natureza metafórica, como as parábolas, para as quais abundam exegeses. Coube-me traduzir o texto exegético de Thomas para o português e, durante o desenvolvimento desse trabalho, fui atraída, no âmbito de meus interesses linguísticos, para as peculiaridades linguísticas na construção do texto. Por um lado, por meio de escolhas conscientes ou não, o enunciador-exegeta (pregador) busca aproximar-se do enunciatário (os fiéis aos quais destina a exegese) e o envolve para tornar-lhe compreensível a mensagem bíblica. Por outro lado, o enunciador do texto-fonte – o texto bíblico original – revela-se distante do enunciatário (o leitor), assumindo uma posição de espectador passivo que narra a história com efeitos de objetividade e impessoalidade. No seu texto, não aparecem ou são raras marcas de subjetividade. Em resumo, o livro de Ester apresenta-se com as características de um livro de História, e é assim que os exegetas em geral o concebem. Não há, ao menos em grande quantidade, trabalhos que tratem dos processos enunciativos na construção do texto exegético. Ou seja, não são comuns os trabalhos que analisam, do ponto de vista da enunciação, o discurso exegético. Assim, decidi-me a desenvolver este trabalho com vistas à tomada de consciência dos processos possíveis na construção textual, e, conseqüentemente, elucidar aspectos no processo de construção de textos exegéticos.

Inicialmente, a dissertação consistiria em tais considerações à luz da teoria da enunciação não abordando somente o livro de Ester e a exegese de Thomas, mas também a tradução desta para o português. Seriam analisadas, portanto, as preocupações do enunciador em prol da compreensão de seu enunciatário refletidas no enunciado nos três processos: no de redação do livro de Ester; no exegético, em língua inglesa; e no tradutório, em língua portuguesa. No entanto, esse projeto foi descartado por conta da extensão que o trabalho tomaria e da impossibilidade de fazê-lo dentro do tempo disponível. Assim sendo, foi excluída a fase de observações sobre as escolhas linguísticas no processo tradutório e serão analisadas somente as escolhas linguísticas feitas no texto-fonte e na exegese, com prioridade para esta. Ou seja, não será considerado mais o enunciador tradutor, mas somente o enunciador autor do livro de Ester e o enunciador exegeta. No entanto, com o intuito de facilitar a leitura do trabalho, o texto em português será utilizado. Apesar de a tradução ser suficientemente fiel e ter sido devidamente revisada por profissional experiente, as citações ao longo do trabalho estão numeradas, e os respectivos segmentos na língua original constam

anexos ao fim do trabalho para consulta. Uma vez que a tradução ainda não foi publicada, as citações em português não são seguidas por sua paginação, mas apenas pela numeração que remete ao segmento original correspondente.

Do ponto de vista teórico, a análise abrange o terceiro nível do percurso gerativo de sentido da semiótica, o discursivo – nível mais próximo da manifestação textual, onde se instalam pessoa, tempo, espaço e outros elementos de concretização do sentido. A dissertação apontará, no capítulo teórico, os modos de projeção da enunciação no enunciado, que incluem a relação entre enunciador e enunciatário. Além de tratar da sintaxe discursiva, uma breve abordagem da semântica discursiva será necessária a fim de tratar do terceiro objetivo específico já mencionado, a figurativização.

Diante da breve apresentação da dissertação, cabe um panorama das etapas definidas para que se atinja o objetivo proposto.

O primeiro capítulo apresentará o texto-fonte e o texto exegético. As informações sobre o texto-fonte tencionam somente apresentar o livro de Ester para fins de contextualização, e não de aprofundamento. Serão apresentados: a natureza do livro de Ester, sua história, considerações de estudiosos a seu respeito e um pouco de sua narrativa. Quanto ao texto exegético, serão expostas informações gerais a seu respeito e também a respeito da vida do autor, Major W. Ian Thomas, tais como: formação, obras, localização no âmbito hermenêutico e o motivo de a exegese de Thomas ter sido escolhida como *corpus* para a análise.

O segundo capítulo reunirá os fundamentos teóricos relativos ao nível discursivo. A enunciação, suas instâncias e categorias serão expostas com base, principalmente, em fundamentos propostos ou expostos por Benveniste, Greimas, Maingueneau, Barros e Fiorin. Além da sintaxe discursiva, a semântica discursiva também será abordada, uma vez que um dos objetivos da análise é verificar os processos de figurativização. Na análise, não serão utilizados todos os aspectos apresentados neste capítulo, que possui a finalidade de oferecer uma visão geral do nível discursivo. A princípio, pensou-se em limitar este capítulo à apresentação dos fundamentos teóricos isoladamente e em reservar o próximo capítulo para a análise do texto-fonte à luz do quadro teórico da enunciação, tal como será feito com o texto exegético, a fim de contrastar os mecanismos empregados nos dois textos. No entanto, que seja frisado mais uma vez, a dissertação tem como objetivo focar a análise do texto exegético e seus mecanismos linguísticos que aproximam o enunciatário do enunciador, do texto exegético e também do texto-fonte. Sendo assim, este último não será analisado, mas terá algumas partes selecionadas para exemplificação dos conceitos teóricos. Mesmo que em

menor proporção, ainda será possível notar a diferença nos efeitos provocados pelos mecanismos presentes em ambos os textos.

O terceiro capítulo tratará da análise do texto exegético, foco do trabalho. As escolhas linguísticas serão identificadas à luz do quadro teórico apresentado anteriormente e justificadas em relação ao objetivo do enunciador de aproximar o enunciatário de si, do texto exegético e do texto-fonte. Assim, a análise será dividida em três partes: a relação do enunciador com o enunciatário, a relação do enunciador com o texto-fonte e a figurativização.

A título de finalização, serão delineados os perfis do enunciador e do enunciatário e sugeridas possíveis análises que podem desvelar outros tipos de escolhas linguísticas que também produzem efeito de aproximação.

1. O CORPUS

O presente capítulo apresentará, para fins de contextualização, o texto bíblico interpretado pela exegese e o texto exegético.

O texto bíblico é o livro de Ester, contido no Antigo Testamento da Bíblia. Um resumo da narrativa será exposto e, em seguida, serão abordados aspectos como a importância do texto para a cultura judaica, a autoria e a data, as duas versões do livro, a polêmica acerca de sua canonicidade e sua possível historicidade.

O texto exegético escolhido como foco da análise é a obra *If I Perish, I Perish: The Christian Life as Seen in Esther*, que oferece uma interpretação para o livro de Ester. Esse livro foi publicado originalmente em língua inglesa em 1967 e é de autoria de Major W. Ian Thomas. Serão apresentadas algumas informações acerca do autor, da exegese em questão e de sua obra como um todo.

1.1 O texto bíblico

O livro de Ester faz parte do Antigo Testamento, e seu nome homenageia a personagem principal. Pelos judeus, o livro é chamado simplesmente de *Megillâ*, que significa “rolo escrito”, e é lido durante o dia festivo de Purim, cuja justificativa é o tema da narrativa do livro. Beal (1999, p. x) descreve:

The Esther scroll is, moreover, the centerpiece of the Jewish festival of Purim. At Purim, children and adults gather together, many in costume, to hear the scroll read aloud – indeed, to *participate* in its reading, as actors in a *Purimspiel* (“Purim play”) or as an audience of fantastically noisy interpretation, jeering at Haman, cheering for Esther and Mordecai, and so on [...].¹

Os acontecimentos da narrativa situam-se durante um período do reinado do rei Xerxes I da Pérsia – na narrativa, chamado de Assuero – e se inicia com um banquete proporcionado pelo rei para ostentar as riquezas de seu reino. Como parte desse

¹ O rolo de Ester é, além disso, a peça-chave no festival judeu de Purim. Durante o Purim, crianças e adultos se reúnem, muitos deles fantasiados, para ouvir a leitura do rolo. Na verdade, para participarem da leitura, ora como atores do *Purimspiel* (“peça do Purim”), ora como público da interpretação incrivelmente barulhenta, escarnecendo de Hamã, torcendo por Ester e Mardoqueu, dentre outras coisas [...] (tradução nossa).

exibicionismo, o rei pede que a rainha, Vasti, entre e se apresente para os convidados. Esta, por sua vez, se recusa a atender a ordem do rei, que se enfurece e a expulsa do reino, justificando ser ela mau exemplo para as demais mulheres. Então, dentre todas as moças virgens do reino, Assuero escolhe Ester como nova rainha. Ester fazia parte dos judeus cativos na Pérsia, e fora criada ali por seu primo Mardoqueu, pois era órfã. Após ser nomeada rainha, Ester mantinha em sigilo suas origens. Surge na narrativa, então, Hamã, um alto funcionário perante o qual todos tinham de prostrar-se por ordem real. Mardoqueu, todavia, não o fazia, alegando ser judeu. Hamã comunica ao rei a existência de um povo que descumpria as leis, persuadindo-o, dessa maneira, a emitir um decreto de exterminação do povo judeu. Mardoqueu avisa Ester sobre esse decreto e pede que ela interceda ao rei para que o revogue. Atendendo ao pedido de seu primo, Ester diz ao rei que tem um pedido a fazer e o convida, juntamente com Hamã, a um banquete oferecido por ela. No banquete, Ester pede que os dois compareçam a outro banquete no dia seguinte, onde faria definitivamente o pedido. Ao chegar em casa após o primeiro banquete, Hamã, enfurecido pelo fato de Mardoqueu continuar sem se prostrar em sua presença, é aconselhado a ordenar a construção de uma forca para matá-lo. Enquanto isso, nos aposentos reais, Assuero, sem conseguir dormir, pede que se leiam para ele o livro de registros. Por meio da leitura, o rei adquire conhecimento de que Mardoqueu, certa vez, denunciara dois traidores na corte, que almejavam lançar mão do rei. Logo após a leitura dos registros, Hamã vem ao encontro do rei a fim de pedir permissão para enforcar Mardoqueu na forca que havia construído. Assuero, entretanto, toma a palavra primeiro e pede sugestão a Hamã de como recompensar um homem cuja honra o agradava. Hamã, imaginando que este homem fosse ele mesmo devido a sua posição no palácio, responde prontamente com uma longa lista de honrarias. O rei pede, então, que Hamã faça a Mardoqueu exatamente como sugerira, e é obedecido. Após esses acontecimentos, chega a hora do segundo banquete, e Ester introduz, finalmente, o assunto: expõe a situação de perigo em que se encontra com seu povo. À pergunta de Assuero quanto à autoria das ameaças, Ester afirma ser ela Hamã. O rei, enfurecido, ordena que Hamã seja enforcado no instrumento de morte que ele mesmo mandara construir para Mardoqueu. Uma vez que os decretos do rei eram irrevogáveis, não era possível que se impedisse a ordem de exterminação dos judeus. Todavia, Assuero emite novo decreto permitindo que os judeus aniquilassem aqueles que viessem exterminá-los. A narrativa termina com os judeus vitoriosos, Mardoqueu no cargo de Hamã e a explicação de que, desde aquele dia, o povo judeu comemoraria o Purim em homenagem ao livramento.

É possível perceber que a principal preocupação do autor é contar uma história que justifique as festividades do Purim com base em fatos históricos, e que a ênfase está sobre o enredo e a ação, e não tanto nas personagens.

A autoria, bem como a data em que o livro foi redigido, são desconhecidas. São estipuláveis, entretanto, a partir de elementos do texto.

É notável, a partir da leitura do livro de Ester, que o autor apresenta conhecimento profundo acerca dos costumes e da política persa e, por outro lado, nacionalismo em relação a Israel. Isso delimita, em certa medida, as possibilidades de sua autoria. Todavia, não há evidências suficientes para se estreitar mais o raio de possibilidades, que ainda engloba um número considerável de alternativas, dentre elas:

Augustine thought Ezra was the author. The Talmud says the men of the Great Synagogue were its authors. Clement of Alexandria suggested Mordecai, and many of the ancient Jewish and Christian scholars followed this view (BRENEMAN, 1993, p. 289).²

Atualmente, acredita-se que o autor não tenha sido Mardoqueu, mas algum outro judeu inserido na sociedade persa. Uma vez que o Purim era uma festa de origem estrangeira, é possível que tivessem passado a celebrá-la ainda fora da terra natal. Por esse motivo, outra possibilidade é de o autor ser um judeu persa que voltou à terra natal com a intenção de perpetuar a celebração do Purim.

Ao se estipular a data aproximada da autoria, levam-se em conta principalmente traços da linguagem e aspectos culturais da narrativa, evidências disponíveis no texto. As conclusões divergem, mas de forma sutil. Alguns teólogos sugerem a época dos macabeus. Outros defendem a época anterior à dos macabeus devido ao grande sentimento antigentílico dentre os judeus naquela época. As conclusões, todavia, são sempre próximas: localizam a autoria do livro de Ester entre os séculos IV e I a.C..

Duas são as versões desta narrativa: a versão hebraica e a versão grega. A versão hebraica, a partir da qual a exegese a ser analisada foi escrita, é a menor, com dez capítulos e é proveniente do Texto Massorético. Ela é utilizada principalmente por protestantes e judeus. A polêmica acerca da canonicidade do livro de Ester é devido principalmente à ausência, especificamente nesta versão, de menções a Deus e a práticas religiosas e à presença de forte nacionalismo e espírito de vingança. O comentário bíblico de Coggins e Re'emi (1985, p. 111)

² Para Agostinho, o autor foi Esdras. O Talmude afirma que os autores foram os homens da Grande Sinagoga. Clemente de Alexandria sugeriu Mardoqueu, e muitos dos judeus antigos e estudiosos cristãos compartilhavam desta opinião (tradução nossa).

afirma: “The principal feature of the book is national rather than religious, though the two conceptions were for the author inseparable”³. A versão grega, com dezesseis capítulos, faz parte da Septuaginta⁴. A diferença de extensão diz respeito a adições de caráter religioso. No capítulo quatro, por exemplo, há orações de Mardoqueu e Ester. Mardoqueu professa a Deus como criador e soberano, afirma sua inocência no conflito com Hamã e pede livramento. Ester, além de também pedir livramento, lembra sua fidelidade para com Deus. Outro acréscimo são os decretos emitidos pelo rei Assuero. O primeiro, determinando o extermínio do povo judeu, encontra-se no capítulo três, e o segundo, permitindo que os judeus eliminassem seus perseguidores, encontra-se no capítulo oito. Também consta, na versão grega, um sonho profético de Mardoqueu no começo do livro, que será explicado ao fim dos acontecimentos narrados. Ao todo, são cento e sete passagens diferentes da versão hebraica. Esta versão é utilizada principalmente por católicos e judeus ortodoxos.

Grande é a discussão em torno dessas duas versões. Alguns acreditam que são independentes, e que nenhuma das duas originou a outra. Outros acreditam que as diferenças da versão grega são adições posteriores realizadas diretamente em grego que expressam os pontos de vista de seus autores. Há um terceiro grupo, ainda, que acredita ter sido o texto original redigido em aramaico. A versão hebraica teria derivado dele com a subtração das partes de cunho religioso para que o nome divino não fosse exposto à profanação, uma vez que ela é utilizada nas celebrações do Purim. A versão grega, por sua vez, teria mantido tais partes.

Apesar dos procedimentos oficiais realizados para a inclusão do livro de Ester ao cânon, a polêmica acerca de sua real pertença à Bíblia acompanha sua história. Os motivos para isso incluem a completa ausência de menção a Deus (em detrimento das cento e noventa vezes que o rei é mencionado em cento e sessenta e sete versículos), a ausência de religiosidade, o caráter antigentílico e o fato de não ser citado no Novo Testamento. Além disso, o Purim não tem aplicação cristã, como outras festas apresentadas na Bíblia, tais quais a Páscoa ou o Pentecostes. A opinião de Lutero quanto ao livro de Ester era: “I am so hostile to it that I wish it did not exist.”⁵ (apud ROOP, 2002, p. 162) e

³ O principal aspecto do livro é nacional, e não religioso, apesar de as duas concepções serem inseparáveis para o autor (tradução nossa).

⁴ A Septuaginta (que, do latim, significa “setenta”, por isso também é chamada de LXX) é a versão grega de todos os livros da Bíblia Hebraica e inclui também diversos textos apócrifos gregos, incluindo as adições ao livro de Ester e outros (DINES, 2004).

⁵ Sou tão contrário a ele, que eu gostaria que ele não existisse (tradução nossa).

I dislike the Book of Esther and that of II Maccabees, for they Judaize too much and contain pagan naughtiness. Yet by this time the horrible thing has happened that the Book of Esther has a greater reputation among the Jews than Isaiah or Daniel... (apud ROBERTS, 1993, p. 311, 312).⁶

Aqueles que defendem a relevância e pertença do livro de Ester ao cânon lembram ser o jejum, praticado na narrativa, um ato que implicava orações. Além disso, afirmam intertextualidade com as histórias de José, Samuel, a Páscoa, o Êxodo e outros textos bíblicos.

O livro é acreditado por muitos como sendo histórico por conta da coerência de detalhes históricos e culturais e outras evidências, como a inscrição cuneiforme não-datada descrita pelo alemão A. Ungnad, que menciona um alto oficial persa da corte de Susa chamado Mardukâ (transliteração babilônica de Mardoqueu) durante o reinado do rei Xerxes I. Paton (1908, p. 54) nota: “The character of Ahasuerus, as portrayed in the Book of Est., also agrees well with the account of Xerxes given by Herodotus and other Greek historians”⁷. Da mesma forma, a preocupação do autor em documentar pormenores, como cronologia (que corresponde com a do reinado de Xerxes), topografia, atos oficiais e sua familiaridade com a organização do império persa sustentam a opinião destes.

Por outro lado, há outros que categorizam o livro de Ester como não-histórico. Os motivos dizem respeito principalmente a certas incoerências históricas e inverossimilhanças. Dentre elas: a data da deportação confere a Mardoqueu e Ester idades avançadas demais para realizarem seus atos da narrativa, o fato de a rainha na época de Xerxes ser Amestris e não Ester ou Vasti, a longa duração do banquete (cento e oitenta dias), o consentimento do rei para o extermínio de um grande número de persas e a imutabilidade dos decretos do rei.

Em breves palavras:

Claro que toda discussão gira em torno do problema da historicidade. Desde o dia em que J. S. Semler propôs uma série de argumentos contra a historicidade de Ester, a polêmica não mais cessou, embora hoje a maioria dos exegetas, embora com ênfases diversas, admita um núcleo histórico à base do relato desenvolvido mais ou menos livremente (VALLAURI et al., 1983, p. 118).

Os mesmos autores arriscam uma classificação:

⁶ Eu não gosto do livro de Ester e de II Macabeus, porque eles judaizam demais e contêm perversidade pagã. Apesar disso, uma coisa terrível se passa atualmente: o livro de Ester possui maior reputação entre os judeus do que Isaías ou Daniel... (tradução nossa).

⁷ O caráter de Assuero, conforme retratado no livro de Ester, também confere com o registro sobre Xerxes deixado por Heródoto e outros historiadores gregos (tradução nossa).

Novela, romance, romance histórico são termos da literatura clássica e moderna e nos parece anacrônico e um tanto equívoco aplicá-los à literatura bíblica. Mais próxima à realidade do livro de Ester nos parece a qualificação de narração livre de um fato histórico. Mas para exprimir essa realidade é melhor usar um termo próprio da literatura bíblica e judaica, o midrax hagádico. O midrax se inspira na Bíblia e na história para transmitir vitalmente uma tradição. Serve-se de amplificações e ornamentações fantasiosas, pitorescas, humorísticas, sapienciais para conservar e atualizar fatos, personagens, ritos e festas do passado. Tudo isso corresponde às características do livro de Ester. Não é uma obra historiográfica em sentido estrito (1983, p. 119).

Breneman (1993) explica que a narrativa bíblica se caracteriza por três aspectos: o ideológico, o historiográfico e o enlevo estético. O primeiro diz respeito à perspectiva sócio-religiosa, o segundo ao emprego de pessoas e eventos pertencentes à História na narrativa e o terceiro à influência e ao poder persuasivo da narrativa sobre leitor. Esses três elementos estão presentes na história de Ester, e, portanto, classificaremos o livro como uma narrativa bíblica.

O que importará para a presente dissertação, entretanto, é que o livro de Ester é um livro que se apresenta como histórico, é um texto narrativo em terceira pessoa e aciona mecanismos enuncivos, conforme será visto no capítulo teórico.

1.2 O texto exegético

O livro de Ester, por ser de caráter histórico e objetivo, não possui muitas exegeses publicadas se comparado ao número de exegeses já escritas sobre textos bíblicos metafóricos, como as parábolas ou certos textos proféticos. Há, em número considerável, comentários acerca do livro de Ester, mas em relação apenas a aspectos mais obscuros da narrativa ou a detalhes históricos. Poucas são as exegeses como *If I perish, I perish*, que, cujo próprio subtítulo diz, são voltadas para a espiritualização dos acontecimentos históricos para aplicação na vida do fiel.

O livro, com base em doutrinas protestantes, se dirige a fiéis. A própria liberdade de interpretação já remete o texto ao protestantismo. Apesar de a filosofia protestante possuir diversas ramificações por conta do grande número de visões hermenêuticas, o autor não se dirige explicitamente a nenhuma delas, mas parece falar a todos os que compartilham da crença comum a todas elas: a da salvação mediante à graça exclusivamente, e não às obras.

O autor, de acordo com relatos de familiares, se preocupava com o uso correto do idioma inglês, procurava corrigir e orientar os demais em relação ao uso da gramática e dava

considerável importância ao uso da linguagem na redação de seus livros. O texto apresenta linguagem simples, com frequência se dirige ao leitor e oferece diversas figuras para que a mensagem que lhe cabe ser transmitida possa ser compreendida com facilidade. O esforço do autor para aproximar o leitor do texto é perceptível até por meio de uma leitura despreziosa. O objetivo da dissertação é justamente explicitar os mecanismos utilizados para que esse efeito de sentido fosse produzido, e tal análise será feita com base no quadro teórico da enunciação.

Seu autor, Major W. Ian Thomas, não era exatamente um exegeta, mas um pregador. Antes de falecer em 1º de agosto de 2007, próximo de seu aniversário de 94 anos, Thomas escreveu mais três livros, a saber: *The Saving Life of Christ*⁸, *The Mystery of Godliness* e *The Indwelling Life of Christ: All of Him in All of Me*. Somente *If I Perish, I Perish* possui caráter exegetico. Os demais livros tratam de princípios espirituais bíblicos isoladamente e a aplicação deles na vida do fiel. É interessante notar a relevância da obra de Thomas como um todo. Os quatro livros tratam essencialmente da mesma questão e têm como único objetivo transmiti-la: a transformação, em tantos casos necessária, na vida do fiel que, já acostumado intelectualmente com as doutrinas, ainda não se apropriou delas de maneira prática. Os três livros supracitados parecem ter a finalidade de apresentar a *temática*, por meio de conceitos espirituais isolados e abstratos, e *If I Perish, I Perish* parece ter a finalidade de apresentar a *figurativização*. Ou seja, não somente a construção do texto exegetico mostra o desejo do autor de aproximar o leitor da mensagem, mas a obra de Thomas como um todo denuncia a mesma intenção.

Major W. Ian Thomas, natural de Londres, foi um pregador. Falava a igrejas de diversas denominações do protestantismo, a jovens fiéis e em conferências bíblicas por todo o mundo. Teve a formação voltada para outros campos do saber, mas, apesar disso, decidiu em certo ponto da vida dedicá-la à pregação sobre aquilo que julgava vital para os que compartilhavam de sua fé. Em suas obras, não fazia menção a qualquer denominação especial de crenças dentro das bases gerais do protestantismo, nem discutia os pontos divergentes entre elas, a fim de alcançar o maior número de fiéis. Portanto, Thomas limitava-se a dissertar acerca da salvação da alma exclusivamente pela graça, base comum a todas as ramificações do protestantismo.

Os livros não são transcrições de pregações orais, nem para elas foram previamente redigidos, como acontece com muitos pregadores que possuem livros publicados. São fruto

⁸ Traduzido em português com o título *Salvos pela vida de Cristo*.

apenas de um esforço adicional de Thomas para difundir o conteúdo de suas pregações.

Com vistas à propagação das doutrinas em que acreditava, Thomas fundou a *Torchbearers International*, uma comunidade de fiéis e organização educacional cristã evangélica, com sede em Londres e presente em diversos países na Europa, nas Américas, na Austrália e na Ásia.

O contato pessoal e minucioso da autora deste trabalho com o texto exegético, por ter de traduzi-lo, bem como o contato com familiares do autor foram fatores que auxiliaram na feitura de uma análise mais embasada e assim colaboraram, definitivamente, para a escolha do *corpus*. Entretanto, o forte desejo do autor de aproximar o fiel de determinada mensagem, refletido em três instâncias – em suas motivações pessoais para pregar, independente de sua formação, no perfil de sua obra como um todo e na própria construção textual da exegese *If I Perish, I Perish* – foi o principal motivo de esta exegese em especial ter sido escolhida para o desvelo e análise de procedimentos enunciativos de efeito aproximativo.

2. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O texto exegético apresenta diversos mecanismos enunciativos com efeito de aproximação e subjetividade. Por outro lado, o texto-fonte apresenta diversos mecanismos enunciativos com efeito de distanciamento e objetividade. Assim, foram utilizadas partes do texto-fonte para exemplificação dos conceitos teóricos apresentados neste capítulo a fim de ressaltar as características do texto exegético explicitadas na análise.

O quadro teórico apresentado neste capítulo inicia-se com uma breve localização dos estudos da enunciação dentro da semiótica e se desenvolve apresentando os principais conceitos da sintaxe e da semântica discursivas. Somente alguns dos conceitos aqui mencionados serão utilizados na análise, uma vez que a dissertação delimitou o estudo em três aspectos enunciativos. Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar uma visão geral dos conceitos mais importantes do nível discursivo.

A semiótica, ao estudar a significação ou como o texto significa o que significa, entende a geração de sentido como um percurso gerativo de sentido, dividido em imanência, o plano do conteúdo, e manifestação, o plano do conteúdo juntamente com o(s) plano(s) da expressão. A imanência é dividida em níveis, que vão do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, sendo que cada um dos níveis concretiza o anterior, que é invariável em relação ao nível seguinte, por sua vez, variável. Cada um dos níveis possui sua própria sintaxe e semântica.

O nível fundamental apresenta “a significação como uma oposição semântica mínima” (BARROS, 2007, p. 9), a partir do pensamento hjelmsleviano de o sentido nascer da diferença e da relação entre as unidades do sistema.

O nível narrativo transforma os elementos das oposições semânticas mínimas em valores para um sujeito de uma narrativa, e os estados e transformações que a constituem apresentam encadeamento lógico, não temporal.

O nível discursivo, por fim, é onde a narrativa é assumida por um enunciador, na instância da enunciação, “responsável pela produção e pela comunicação do discurso” (BARROS, 2007, p. 11) e ganha actantes em um espaço e em um tempo.

A enunciação é, portanto, instância de mediação entre as estruturas narrativas e as estruturas discursivas e responsável pela discursivização.

2.1 A sintaxe discursiva

A definição geral de enunciação é a de ato produtor de sentido, ato este singular e social: “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006, p. 82). Por ser de caráter individual e da ordem do acontecimento, a enunciação não pode ser considerada objeto científico, mas pode somente ser identificada e descrita a partir de seu produto, o enunciado. Por meio de marcas no enunciado, a enunciação pode ser reconstruída, ao menos parcialmente, pois é no nível discursivo onde a enunciação e suas intenções são mais evidentes.

O enunciado é produzido por um enunciador para um enunciatário. Isso não significa dizer que o enunciatário é um mero receptor passivo do enunciado, pois ele “desempenha um papel ativo na enunciação” (MAINGUENEAU, 2001, p. 11). Uma vez que o enunciador leva o enunciatário em consideração na produção do enunciado, atribui-se a ele a função de co-enunciador.

Os estudos da enunciação, que pertence à sintaxe do nível discursivo, tratam das projeções da enunciação no enunciado, que incluem a relação entre enunciador e enunciatário.

A noção de autor e leitor implícitos será para a análise muito importante. Ao contrário do autor e do leitor reais, que pertencem ao mundo, o autor e o leitor implícitos pertencem ao texto. O autor implícito é uma imagem criada na obra pelo autor real e recuperável pela leitura do texto. O leitor implícito é uma imagem do leitor real criada pelo autor real, é um destinatário pressuposto, para o qual o autor implícito se dirige ao longo do texto. O autor implícito e o leitor implícito correspondem, respectivamente, ao enunciador e ao enunciatário.

A enunciação é a instância de instauração do sujeito, essencial para o processo de discursivização. Benveniste afirma que é “na e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta, na sua realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’” (2005, p. 286). O *eu* não se refere a algo ou a alguém. O *eu* refere-se a algo linguístico: o *eu* é quem diz *eu*, é aquele que enuncia. Todo *eu*, por sua vez, existe somente em oposição a *tu*: “[...] desde que ele se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si, qualquer que seja o grau de presença que ele atribua a este outro” (BENVENISTE, 2006, p. 84). O *eu* enuncia necessariamente em determinado espaço e em determinado tempo, a saber o *aqui* e o *agora* (o *hic et nunc*). É a partir do espaço e do tempo do *eu* que se estabelecem as demais relações espaciais e temporais. Assim, são três as categorias da enunciação: a pessoa, o espaço e o tempo.

A relação eu/tu ocorre em três instâncias. A primeira é a da própria enunciação, entre enunciador e enunciatário, que é pressuposta pelo enunciado.

O enunciador, por uma delegação de voz, gera a segunda instância, cuja relação é entre narrador e narratário. No texto-fonte, o enunciador instaura um narrador em terceira pessoa. Este narrador observador é de focalização total, ou seja, é onisciente e conhece os sentimentos e pensamentos de cada personagem, além de toda a narrativa:

Então saiu Hamã naquele dia alegre e de bom ânimo; porém, vendo Mardoqueu à porta do rei, e que ele não se levantara nem se movera diante dele, então Hamã se encheu de furor contra Mardoqueu.
Hamã, porém, se refreou, e foi para sua casa; e enviou, e mandou vir os seus amigos, e Zeres, sua mulher (5:9, 10).

No excerto acima, o enunciador cedeu a voz a um narrador, que fala, na segunda instância enunciativa, acerca dos atos e sentimentos de Hamã. Um narrador em terceira pessoa confere ao texto um efeito objetividade, pois ele não se envolve com os personagens nem sofre influência da narrativa ao ser um deles. Apenas assiste e a transmite exteriormente sem ser, em princípio, por ela influenciado.

Um exemplo de narrador em primeira pessoa é o seguinte enunciado do texto exegético:

Antes de começarmos a analisar a história, eu gostaria de dizer uma palavra acerca da exegese bíblica, ou exposição, que creio poder ser de grande ajuda a todos, especialmente àqueles cuja responsabilidade é levar e esclarecer a Palavra de Deus para outros (1).

A primeira pessoa está clara pela presença do pronome *eu*. Um narrador em primeira pessoa confere ao texto um efeito de subjetividade, pois está inserido naquilo que narra. Além disso, confere um efeito de autoridade. Quando o enunciador expõe-se ao referir-se como *eu*, está assumindo a responsabilidade pelo enunciado e, conseqüentemente, sua competência para afirmar seu conteúdo.

Se o narrador delegar a voz a outrem, estabelece-se a terceira instância, a da relação entre interlocutor e interlocutário, que caracteriza o discurso direto. No livro de Ester, a terceira instância é frequente, pois o narrador cede a voz a diversos interlocutores. Por exemplo, o seguinte trecho:

Então disse Memucã na presença do rei e dos príncipes: Não somente contra o rei pecou a rainha Vasti, porém também contra todos os príncipes, e contra todos os povos que há em todas as províncias do rei Assuero (1:16).

No trecho, é possível observar duas instâncias narrativas. A primeira, do narrador: “Então disse Memucã na presença do rei e dos príncipes”. Após os dois pontos, o narrador delega a voz a Memucã, um interlocutor da terceira instância, que enuncia em discurso direto o enunciado “Não somente contra o rei pegou a rainha Vasti, porém também contra todos os príncipes, e contra todos os povos que há em todas as províncias do rei Assuero”.

Em alguns casos, o interlocutor delega a voz a outro interlocutor. Esse processo de delegação de voz de interlocutor a interlocutor não tem, em princípio, fim. Afinal, qualquer interlocutor pode ceder a voz a outro interlocutor. No entanto, cada vez que isso acontece, a probabilidade de este processo se repetir é menor, porque as várias instâncias enunciativas distanciam a atenção do fio narrativo e assim, confundem o leitor e prejudicam a compreensão do texto. Encontra-se um caso de delegação de voz de interlocutor a interlocutor no seguinte trecho do texto-fonte, para exemplificação:

Então disse Memucã na presença do rei e dos príncipes: Não somente contra o rei pecou a rainha Vasti, porém também contra todos os povos que há em todas as províncias do rei Assuero. Porque a notícia do que fez a rainha chegará a todas as mulheres, de modo que aos seus olhos desprezarão a seus maridos quando ouvirem dizer: Mandou o rei Assuero que introduzissem à sua presença a rainha Vasti, porém ela não veio (1:16, 17).

Há, em primeiro lugar, a instauração de um narrador pelo enunciador pressuposto. É dele o enunciado: “Então disse Memucã na presença do rei”, seguido de dois pontos. O narrador, por sua vez, instaura no texto um interlocutor, Memucã, que enuncia o seguinte: “Não somente contra o rei pecou a rainha Vasti, porém também contra todos os povos que há em todas as províncias do rei Assuero. Porque a notícia do que fez a rainha chegará a todas as mulheres, de modo que aos seus olhos desprezarão a seus maridos quando ouvirem dizer”, seguido de dois pontos. Este interlocutor, por fim, cede a voz a outro interlocutor (um sujeito indeterminado), que enuncia: “Mandou o rei Assuero que introduzissem à sua presença a rainha Vasti, porém ela não veio”.

A instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciado é realizada por meio de dois mecanismos: a debreagem e a embreagem. A debreagem projeta para fora de si, no enunciado, as categorias da enunciação: a pessoa, o tempo e o espaço. Há, portanto, debreagem actancial, debreagem temporal e debreagem espacial. O primeiro versículo do livro de Ester esclarece

bem os três tipos de debreagem: “E sucedeu nos dias de Assuero, o Assuero que reinou desde a Índia até Etiópia, sobre cento e vinte e sete províncias”. “Nos dias de Assuero” é debreagem temporal, “o Assuero” é debreagem actancial e “desde a Índia até Etiópia” é debreagem espacial.

Os três tipos de debreagem podem ser enuncivos ou enunciativos. A debreagem enunciva instala no enunciado os actantes do enunciado, o espaço do enunciado e o tempo do enunciado. Esse tipo de debreagem cria efeitos de objetividade e distanciamento. As três debreagens do excerto acima são enuncivas, pois todas fazem referência a elementos do enunciado, e não da enunciação.

A debreagem enunciativa instala no enunciado os actantes da enunciação, o espaço da enunciação e o tempo da enunciação. Esse tipo de debreagem cria efeitos de subjetividade e de proximidade. No versículo “E disse Ester: Se parecer bem ao rei, venha hoje com Hamã ao banquete que lhe tenho preparado” (5:4), há, na instância do interlocutor, uma debreagem actancial enunciativa no sujeito oculto “eu”, que rege o verbo “tenho” e uma debreagem temporal enunciativa no advérbio “hoje”, pois tanto “eu” como “hoje” apontam para a cena enunciativa, e não para o enunciado.

No livro de Ester, predominam as debreagens enuncivas. A maioria das ocorrências de debreagem enunciativa ocorre na instância do interlocutor, com exceção de uma. O penúltimo versículo do livro de Ester apresenta uma debreagem enunciativa na própria instância do narrador: “E todos os atos do seu poder e do seu valor, e o relato da grandeza de Mardoqueu, a quem o rei exaltou, porventura não estão escritos no livro das crônicas dos reis da Média e da Pérsia?”. A pergunta efetuada pelo narrador presume um narratário, pois é direcionada a ele. Dessa forma, a pergunta explicita um *eu*, pois somente o *eu* fala com o *tu*. Esse procedimento enunciativo gera o efeito de aproximação e colabora com o conteúdo do próprio enunciado, que, por meio do verbo *estar* no tempo presente, coloca no tempo do enunciatário as provas (contidas no livro das crônicas) daquilo que foi enunciado, aumentando a credibilidade do enunciado.

A embreagem, ao contrário da debreagem, produz o efeito de retorno à instância da enunciação, pois neutraliza as categorias de pessoa, espaço e tempo. Há, portanto, embreagem actancial, embreagem espacial e embreagem temporal. A debreagem é sempre condição para a embreagem, pois um elemento será neutralizado por outro, cuja instância é pressuposta. “Por conseguinte, obtém-se na embreagem um efeito de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação e espaço do enunciado e espaço da enunciação” (FIORIN, 2008a, p. 48). Ou seja, a embreagem é o

emprego de uma pessoa com valor de outra, de um espaço com valor de outro e de um tempo com valor de outro.

Da mesma forma que a debreagem, a embreagem pode ser enunciva ou enunciativa. A embreagem enunciva ocorre quando o termo debreante é enunciativo ou enuncivo, mas o termo embreante é enuncivo. Esse tipo de embreagem causa o efeito de distanciamento. A embreagem enunciativa ocorre quando o termo debreante é enunciativo ou enuncivo, mas o termo embreante é enunciativo. Esse tipo de embreagem causa o efeito de aproximação.

A embreagem actancial pode ser exemplificada por meio do versículo quatro do capítulo cinco: “E disse Ester: Se parecer bem ao rei, venha hoje com Hamã ao banquete que lhe tenho preparado”. O trecho narra Ester se dirigindo ao rei para pedir-lhe que comparecesse ao banquete. A princípio, o interlocutor Ester opera uma debreagem enunciativa, pois se dirige ao rei, colocando-o, desta forma, na posição de *tu*. Entretanto, acontece uma neutralização do *tu* com um *ele*: Ester se dirige a Assuero como se tratasse de uma terceira pessoa por meio da palavra “rei”. Ao embrear enuncivamente dessa maneira, retira-se o *tu* da cena enunciativa, o que pode gerar dois efeitos de sentido diversos:

De sua função de forma não pessoal, a “terceira pessoa” tira essa capacidade de se tornar igualmente bem uma forma de respeito que faz de um ser muito mais que uma pessoa e uma forma de ultraje que pode anulá-la como pessoa (BENVENISTE, 2005, p. 254).

Ester, portanto, em respeito à autoridade real, tira Assuero do patamar em que se encontra, de forma a demonstrar o desnivelamento entre os dois. Esse tipo de embreagem acontece várias vezes no livro de Ester, nas ocasiões em que os interlocutores se dirigem ao interlocutor rei.

As embreagens temporais não estão presentes em grande número no livro de Ester. A fim de exemplificação, segue o versículo oito do capítulo sete:

Tornando, pois, o rei do jardim do palácio à casa do banquete do vinho, Hamã tinha caído prostrado sobre o leito em que estava Ester. Então disse o rei: Porventura quereria ele também forçar a rainha perante mim nesta casa? Saindo esta palavra da boca do rei, cobriram o rosto de Hamã.

O verbo *querer* expressa concomitância em relação ao momento da enunciação. No entanto, ele não é conjugado no presente, mas no futuro do pretérito. Tal embreagem é enunciva, uma vez que o elemento que resta no enunciado é enuncivo; e o futuro do pretérito é enuncivo porque tem como momento de referência o passado, e não o agora. O efeito de

sentido produzido por essa embreagem é o de repelir uma hipótese (por essa razão, Fiorin denomina esse tempo verbal de *futuro do pretérito de indignação ou surpresa* quando esse efeito de sentido é produzido, e afirma que esse tempo verbal “dá aos acontecimentos um valor hipotético, imaginário” (2008a, p. 218)).

Não foram encontrados exemplos de embreagens espaciais no livro de Ester. A fim de ilustrar o conceito, citaremos um exemplo utilizado por Fiorin em sua exposição teórica: “Ei, você *lá*, que é que você está fazendo na minha sala?” (2008a, p. 287). *Lá* é uma embreagem espacial enunciativa, uma vez que coloca o enunciatário no espaço fora da cena enunciativa, gerando efeito de distanciamento.

É importante, também, para a análise, considerar ao menos dois diferentes tipos de discurso reportado: o discurso direto e o discurso indireto. O primeiro diz respeito à debreagem interna, já mencionada: a delegação de voz do narrador a um interlocutor. Ele evidencia as principais características do *eu* do discurso citado (do interlocutor), tanto relativas ao plano do conteúdo como ao plano da expressão. Em todo o livro de Ester, há aproximadamente trinta e sete delegações de voz (de segundo e terceiro graus). É importante lembrar que o principal efeito de sentido do discurso direto é o efeito de realidade.

O discurso indireto diz respeito à inclusão do discurso de outrem no discurso de quem diz *eu*, que pode ser o narrador ou um interlocutor. Dessa forma, todas as marcas da enunciação do discurso citado são substituídas pelas marcas da enunciação do discurso citante, pois a enunciação é uma só, e não duas, como no discurso direto. Um exemplo de discurso indireto está nos seguintes versículos do primeiro capítulo: “Então perguntou o rei aos sábios que entendiam dos tempos [...] o que, segundo a lei, se devia fazer à rainha Vasti, por não ter obedecido ao mandado do rei Assuero, por meio dos camareiros” (13, 15). Nesse trecho, o narrador inclui, em seu próprio enunciado, o que o rei disse aos sábios, em vez de ceder a ele a voz para que enuncie sua pergunta em discurso direto. São, portanto, duas vozes, mas uma só instância enunciativa: um só enunciadador, um só *eu* e um só enunciado.

A seguir, serão apresentadas algumas considerações adicionais acerca da instalação da categoria pessoa, tempo e espaço no enunciado.

A actorialização instala a categoria pessoa no ato da discursivização. As pessoas do discurso são: *eu*, quem fala; *tu*, aquele com quem o *eu* fala; *ele*, aquele de quem o *eu* e o *tu* falam; *nós*, junção do *eu* com um *não-eu*; *vós*, junção do *tu* com outro *tu* ou do *tu* com *ele* ou *eles*; *eles*, plural de *ele*. As debreagens actanciais enunciativas ou enuncivas, bem como as embreagens actanciais enunciativas ou enuncivas possuem efeitos de sentido distintos e suas possibilidades são diversas. No texto-fonte, as debreagens actanciais enunciativas acontecem

somente na instância dos interlocutores, o que aproxima o leitor da fala deles e isola o narrador da responsabilidade por esses enunciados, conferindo mais efeito de realidade ao texto.

Outro fato relevante é que todas as *debreagens* actanciais do narrador são o que se denomina de *debreagens enuncivas do enunciado*, ou seja, o narrador não se identifica com os actantes da narrativa, caracterizando-o, dessa forma, como um narrador neutro (FIORIN, 2008a). Tais observações são importantes para a classificação do livro de Ester como um texto objetivo.

A temporalização instala a categoria tempo no ato da discursivização. No nível narrativo do percurso gerativo de sentido, a relação entre os acontecimentos é de lógica. Somente quando um enunciador, munido da competência a ele conferida pelo nível narrativo, realiza a performance do discurso é que a temporalização é inserida.

O *agora*, o *nunc*, está ligado ao tempo da enunciação, ao momento em que o *eu*, o *ego*, toma a palavra. A fim de que o enunciado seja inteligível, o *agora* deve ser também o do enunciatário. A partir do momento da enunciação, se organizam todos os estados e transformações do texto. O sistema temporal pode ser enunciativo ou enuncivo. Ele é enunciativo se diretamente relacionado com o momento da enunciação – que pode ser fixado em qualquer momento, pois a temporalização é determinada pelo tempo linguístico, e não pelo tempo crônico. Ele é enuncivo se relacionado com momentos do enunciado. Esses momentos de referência do enunciado podem ser anteriores ou posteriores ao momento da enunciação. A *debreagem* temporal (enunciativa ou enunciva) pode ser de primeiro e segundo graus: o primeiro grau se dá na instância do narrador e o segundo grau, na instância do interlocutor. A *embreagem* temporal, seja ela enunciativa ou enunciva, produz o efeito “de que o tempo é pura construção do enunciador, que presentifica o passado, torna o futuro presente, etc” (FIORIN, 2008a, p. 191), criando as ilusões de realidade e virtualidade.

A maioria dos casos de *debreagem* temporal de primeiro grau no livro de Ester pertence ao sistema enuncivo, pois o momento de referência é um marco temporal instalado no enunciado, conforme se vê já no primeiro versículo: “E sucedeu nos dias de Assuero, o Assuero que reinou desde a Índia até a Etiópia, sobre cento e vinte e sete províncias” e em diversos outros elementos temporais ao longo da narrativa, a saber, alguns:

No primeiro mês (que é o mês de Nisã), no ano duodécimo do rei Assuero, se lançou Pur [...] (3:7).

Naquela mesma noite fugiu o sono do rei [...] (6:1).

Então foram chamados os escrivães do rei, naquele mesmo tempo, no terceiro mês (que é o mês de Sivã), aos vinte e três dias [...] (8:9).

Sucedeu isto no dia treze do mês de Adar; e descansaram no dia catorze, e fizeram, daquele dia, dia de banquetes e de alegria. Também os judeus, que se achavam em Susã se ajuntaram nos dias treze e catorze do mesmo; e descansaram no dia quinze, e fizeram, daquele dia, dia de banquetes e de alegria. Os judeus, porém, das aldeias, que habitavam nas vilas, fizeram do dia catorze do mês de Adar dia de alegria e de banquetes, e dia de folguedo, e de mandarem presentes uns aos outros (9:17-19).

As debreagens temporais de segundo grau (na instância dos interlocutores) no livro de Ester, bem como a debreagem temporal de terceiro grau, instauram o sistema enunciativo, pois o momento de referência é o *agora* de cada enunciação. Por exemplo:

Então os servos do rei, que estavam à porta do rei, disseram a Mardoqueu: Por que transgredes o mandado do rei? (3:3).

Então Mardoqueu mandou que respondessem a Ester: Não imagines no teu íntimo que por estares na casa do rei, escaparás só tu entre todos os judeus (4:13).

Disse o rei a Ester, no banquete do vinho: Qual é a tua petição? E ser-te-á concedida, e qual é o teu desejo? E se fará ainda até metade do reino (5:6).

O sistema temporal enunciativo na instância dos interlocutores, por estar relacionado à cena enunciativa, produz efeito de realidade ao explicitar o momento da enunciação daquele que enuncia. Além disso, produz o efeito de objetividade para a narrativa, pois o narrador se isenta da responsabilidade por aqueles enunciados, uma vez que a debreagem temporal enuncia reafirma que a instância enunciativa não é a dele, mas do interlocutor.

A espacialização instala a categoria espaço no ato da discursivização. A debreagem espacial enunciativa tem como referência o espaço do *eu*, o *aqui* (o *hic*), o espaço da enunciação, e todos os demais acontecimentos se dão em referência a este lugar. Da mesma forma em que, na temporalização, a condição para a inteligibilidade do enunciado é que o *agora* seja também o do enunciatário, também é condição de inteligibilidade que o *aqui* seja o mesmo do enunciatário. A debreagem espacial enuncia tem como referência o espaço do *ele*, o *lá*, o espaço do enunciado, e todos os demais acontecimentos se dão em referência àquele lugar. As embreagens espaciais enunciativas e enuncivas são mecanismos, como as embreagens actanciais e temporais, para a produção de efeitos de sentido de proximidade e distanciamento por meio das noções de presentificação e absenteização.

A espacialização ocorre de modo predominantemente enuncivo no livro de Ester, com exceção das ocorrências em discurso direto, da mesma forma em que se dão a actorialização e a temporalização.

O narrador observador encontra-se, portanto, à distância dos acontecimentos narrados:

E, acabados aqueles dias, fez o rei um banquete a todo o povo que se achava na fortaleza de Susã, desde o maior até ao menor, por sete dias, no pátio do jardim do palácio real (1:5).

Também a rainha Vasti deu um banquete às mulheres, na casa real, do rei Assuero (1:9).

Os correios, pois, impelidos pela palavra do rei, saíram, e a lei se proclamou na fortaleza de Susã. E o rei e Hamã se assentaram a beber, porém a cidade de Susã estava confusa (3:15).

Também em toda a província, e em toda a cidade, aonde chegava a palavra do rei e a sua ordem, havia entre os judeus alegria e gozo [...] (8:17).

As debreagens espaciais na instância dos interlocutores são ora enunciativas, ora enuncivas:

[...] Então disse o rei: Porventura quereria ele também forçar a rainha perante mim nesta casa? (7:8).

Então Mardoqueu mandou que respondessem à Ester: Não imagines no teu íntimo que por estares na casa do rei, escaparás só tu entre todos os judeus (4:13).

No primeiro caso, a debreagem enunciativa pode ser verificada pelo pronome *nesta*, da locução *nesta casa*, que indica o espaço do enunciador. No segundo caso, a debreagem enunciva pode ser verificada pela locução *casa do rei*, espaço enuncivo.

A debreagem espacial enunciativa subjetiviza o enunciado. O fato de o próprio interlocutor apontar para o espaço em que se encontra confere um efeito de sentido de realidade à narrativa, uma vez que a informação não veio do narrador, mas do próprio personagem. A debreagem espacial enunciva, por sua vez, distancia o espaço descrito da cena enunciativa. O *eu* (Mardoqueu) coloca o *tu* (Ester) em um espaço enuncivo (*casa do rei*), colaborando com a mensagem trazida pelo enunciado de Mardoqueu: a de que Ester pertencia de forma mais legítima aos judeus do que à corte e que, por este motivo, sob ordem de extermínio de sua raça, pertencer à corte não seria suficiente para livrá-la da morte. Dessa forma, posicionar o *tu* em um espaço enuncivo é uma opção que visa a reforçar o conteúdo expresso pelo enunciado.

Por meio dos exemplos empregados para esclarecer o quadro teórico, foi possível apreender os principais mecanismos presentes no texto-fonte que lhe conferem caráter objetivo, tais como: a debreagem de primeiro grau enunciva (narrador em terceira pessoa), a

predominância de debreagens actanciais, temporais e espaciais enuncivas, a mínima ocorrência de embreagens temporais e as diversas delegações de voz.

2.2 Semântica discursiva

O nível narrativo apresenta esquemas abstratos e destituídos de pessoas, tempos e espaços. Apresenta apenas sujeitos que entram em conjunção ou disjunção com algum valor em um encadeamento lógico, não temporal. O responsável por transformar o nível narrativo em nível discursivo é o sujeito da enunciação, que recobre e concretiza os esquemas abstratos do nível narrativo por meio de dois procedimentos semânticos do discurso: a tematização e a figurativização. Esses dois procedimentos são níveis de concretização do sentido. No nível discursivo, a tematização necessariamente ocorre, mas a figurativização é opcional. Caso ocorra, estará concretizando o tema.

O primeiro procedimento está presente de forma predominante em textos abstratos, que tratam de idéias, sentimentos, conceitos: “Tema é um investimento semântico, de natureza puramente conceptual, que não remete ao mundo natural” (FIORIN, 2009, p. 91). Como exemplo de um texto predominantemente temático, segue um pequeno excerto do texto exegetico:

Enquanto a consciência da conveniência determina somente o que é consequentemente certo e o que é consequentemente errado, a consciência da convicção determina o que é moralmente certo e o que é moralmente errado. Em outras palavras, o que é certo porque é certo, e o que é errado porque é errado – e por mais nenhum outro motivo (2).

Enquanto o procedimento temático visa a explicar o mundo, o procedimento figurativo visa a representá-lo. Está presente em textos concretos, que criam um simulacro da realidade, que descrevem, representam: “[...] figura é todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural” (FIORIN, 2009, p. 91). Como exemplo de um texto predominantemente figurativo, segue o versículo dois do capítulo oito do livro de Ester: “E tirou o rei o seu anel, que tinha tomado de Hamã e o deu a Mardoqueu. E Ester encarregou Mardoqueu da casa de Hamã”. As figuras recobrem determinado tema. Neste caso, o tema é a transferência de poder que o rei e a rainha fizeram de Hamã à Mardoqueu, figurativizada pela transferência do anel e da

responsabilidade pela casa de Hamã. Thomas encontra o tema mais profundamente ao afirmar que Hamã representa a parte corrompida da humanidade e Mardoqueu, o Espírito Santo. Dessa maneira, o tema que subjaz à figurativização daquela cena é a transferência de domínio da parte corrompida da humanidade ao Espírito Santo feita pela própria vontade humana, representada pelo rei Assuero.

As figuras desencadeiam isotopias – a recorrência de traços semânticos no texto – direcionando a leitura, controlando a interpretação do texto e definindo os modos de construção de diferentes tipos de discurso. A metáfora é um importante mecanismo para passar de uma isotopia a outra, uma vez que consiste em uma possibilidade diferente de leitura de determinado termo, como no exemplo a seguir, também retirado do texto exegético:

No pouco tempo que restava, a questão mais importante teria de ser decidida, pois havia uma forca no jardim. Quem seria enforcado? Hamã ou Mardoqueu? No final, é essa a questão mais importante a ser decidida no *seu* coração, assim como a ser decidida no coração de cada crente verdadeiro.

Se Cristo está na cruz, então o ego está no trono; mas se o ego está na cruz, então Cristo está no trono.

Há uma forca no jardim!

Quem será pendurado? (3).

No início do parágrafo, a isotopia leva o leitor a perceber uma cena de uma forca verdadeira e de dois sentenciados à morte, Hamã e Mardoqueu. No entanto, a última frase convida o leitor a fazer uma leitura diferente de “forca”, “Hamã” e “Mardoqueu” e do próprio conceito de morte: conforme o texto exegético explica anteriormente, Hamã diz respeito ao lado corrompido da humanidade do homem e Mardoqueu, ao Espírito Santo. O conceito de morte, conforme explica a segunda parte do trecho citado e também outras partes do texto exegético, diz respeito à prioridade que o fiel deve tirar de si e dar a Cristo.

O texto-fonte é um texto figurativo. Faz referência a pessoas e elementos do mundo real e descreve uma situação. Toda figurativização recobre um tema, e Thomas em sua exegese faz uma dedução pessoal do tema que subjaz ao livro de Ester. O texto exegético é predominantemente temático, pois procura explicar a realidade descrita pelo texto-fonte, apesar de fazer, com certa frequência, uso de figuras e diferentes isotopias para facilitar a explicação da figurativização original.

Conclui-se aqui a exposição do quadro teórico, base da dissertação. O capítulo seguinte apresentará a análise do texto exegético. As considerações deste capítulo acerca dos procedimentos enunciativos presentes no texto-fonte poderão servir de contraste com os

resultados obtidos pela análise do texto exegético, cujos procedimentos possuem objetivo oposto ao do livro de Ester: o de aproximar e subjetivizar.

3. ANÁLISE DOS PROCEDIMENTOS ENUNCIATIVOS NA EXEGESE

Uma vez apresentados o livro de Ester, o livro de Thomas que o interpreta e um resumo do quadro teórico a ser utilizado por base, a dissertação se concentrará na análise do texto exegético com vistas ao desvelo dos procedimentos enunciativos adotados pelo enunciador. A prévia utilização do livro de Ester para exemplificação dos conceitos teóricos contrastará com os mecanismos enunciativos presentes no texto exegético destacados neste capítulo, pois estes geram efeitos de aproximação, em oposição aos mecanismos presentes no texto-fonte, que geram efeitos de distanciamento.

A análise da exegese será dividida em três partes. Cada uma delas dirá respeito a um conjunto de procedimentos que visam à aproximação do enunciatário a algum aspecto do texto. A primeira verificará qual é a relação do enunciador com o enunciatário, identificando as formas como este último, enquanto narratário, é interpelado por aquele, em seu papel de narrador. Essa parte revelará como o enunciatário é aproximado do enunciador. A segunda constatará como o enunciador se relaciona com o texto-fonte, focalizando-se, no caso, o modo como o texto-fonte é referido no texto exegético, isto é, observando se essa referência é em forma de discurso direto, portanto, na voz do interlocutor, ou indireto, mantendo-se a voz do narrador. Dessa maneira, a segunda parte da análise verificará como o enunciatário é aproximado do texto exegético. A terceira analisará as figurativizações criadas pelo enunciador-exegeta para verificar se elas aproximam o enunciatário do tema proposto pela exegese. Esta última parte demonstrará como o enunciatário é aproximado do texto-fonte.

3.1 A relação do enunciador com o enunciatário

O ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. [...] Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso, que emana de um locutor, forma sonora que atinge o ouvinte e que suscita uma outra enunciação de retorno (BENVENISTE, 2006, p. 83, 84).

A instância do enunciador e do enunciatário é pressuposta. A debreagem de primeiro grau instala no enunciado, a partir daquela instância, o narrador, que representa a voz do

enunciador. Portanto, o narrador é o porta-voz do enunciador no texto, o que nos leva, no desdobramento da análise, a muitas vezes denominar o narrador por enunciador.

O pronome pessoal *eu (I)* é a primeira palavra do texto. Um levantamento realizado no texto exegético, que possui cento e quinze páginas, apresentou aproximadamente quarenta e quatro ocorrências do pronome *eu (I)* e nove vezes o pronome *mim (me)*, quando se referiam ao enunciador. Além disso, aproximadamente catorze ocorrências do possessivo *meu/minha (my)* e diversos verbos conjugados na primeira pessoa, com referência também ao enunciador. A debreagem de primeiro grau no texto exegético é, portanto, claramente enunciativa, apresentando um narrador explícito. Este narrador deixa clara sua intenção de se apresentar e ser conhecido para o enunciatário. Expõe sua identidade como enunciador, se coloca próximo do enunciatário e exprime opiniões. Chega a fazer referências diretas à própria cena enunciativa:

Eu moro em Capernwray Hall, um centro de convenções e escola bíblica, ao sul de Lake District, em uma parte muito bonita ao norte da Inglaterra. Apesar de o meu ministério em várias partes do mundo envolver longos períodos de separação da minha família, é aqui que moro com a minha esposa e meus quatro filhos (4).

O primeiro capítulo inicia-se com uma afirmação absolutamente subjetiva, por meio da qual o enunciador fala enunciativamente por meio do narrador e exprime opinião:

Estou cansado de religião. E, para ser sincero, desconheço algo mais enfadonho do que o cristianismo sem Cristo (5).

Essas características do narrador no texto exegético são contrastantes com as do narrador no texto-fonte. Enquanto o narrador do texto-fonte é debreado enunciativamente como narrador implícito, evitando contaminar o texto com subjetividade a fim de aumentar a credibilidade do texto como sendo um texto histórico, o narrador do texto exegético é debreado enunciativamente como narrador explícito, em primeira pessoa, procurando ao máximo marcar o texto com subjetividade a fim de tornar-se existente, palpável e próximo do narratário. As marcas no texto exegético sugerem o intuito do enunciador de subjetivizar o conteúdo o livro de Ester, transformar informações impessoais e gerais em informações pessoais e individuais. Barros lembra que “Nos discursos temáticos enfatizam-se os efeitos de enunciação, isto é, de aproximação subjetiva ou de distanciamento objetivo da enunciação”

(BARROS, 2007, p. 71). Com a finalidade de aproximação, a presença da pessoa – a subjetividade em si – foi bem marcada no texto exegético.

No segundo capítulo, o enunciador se coloca no mesmo nível do enunciatário, fazendo-se pessoa real tanto quanto este:

Mardoqueu representará a Pessoa do Espírito Santo, de cuja presença a alma pecaminosa está destituída – e eu e você nascemos nessa condição (6).

A base foi a da adoção, assim como você e eu devemos receber o “Espírito de adoção” para nascermos de novo na família dos pecadores perdoados [...] (7).

Enquanto que “para ser *eu*, basta tomar a palavra”, “para ser *tu* é necessário que um *eu* constitua alguém como *tu*” (MAINGUENEAU, 2001, p. 11). Assim, o pronome *você* referindo-se ao narratário foi encontrado aproximadamente trezentas e sessenta e duas vezes no texto exegético. O pronome equivalente em inglês é *you*, que pode se referir tanto ao singular como ao plural. Todavia, algumas passagens do texto permitem inferir que o narrador se dirige a um narratário individual. A fim de exemplificar esse fato, o segmento abaixo vem acompanhado de seu correspondente na língua original:

Permita-me desiludi-lo, querido amigo, caso se sinta inclinado a defender essa causa por compaixão! (8).

Allow me to disillusion you, gentle friend, if out of charity you feel inclined to champion his cause! (p. 23).

O vocativo “*gentle friend*” explica a quem o pronome pessoal “*you*” se refere: a uma pessoa no singular “*friend*”. O pregador dirige-se, portanto, não a uma audiência, mas a cada leitor individualmente. No conjunto de esforços do enunciador de aproximar o enunciatário de si, soma-se à debreagem de primeiro grau enunciativa (à presença de um narrador explícito), o referir-se a uma única pessoa, em um simulacro de um diálogo pessoal com determinado grau de proximidade e afetividade. Isto é, a proximidade é maior do que a de um pregador se dirigindo a um grupo de fiéis. O que o texto apresenta é um simulacro de uma conversa pessoal de um *eu* com um *tu*.

O possessivo *seu/sua* (*your*) foi encontrado aproximadamente cento e quarenta e duas vezes, quando se referia ao narratário. Algumas dessas ocorrências foram grafadas em itálico pelo exegeta, como forma de chamar a atenção para essa interpelação:

É esse o efeito que a *sua* vida tem sobre seus vizinhos, colegas de trabalho, colegas de classe ou seus próprios filhos? (9).

Deus já mudou o *seu* nome? (10).

No final, é essa a questão mais importante a ser decidida no *seu* coração, assim como a ser decidida no coração de cada crente verdadeiro (11).

O aparente objetivo do enunciador de aproximar-se do enunciatário e de aproximá-lo, por sua vez, do texto é tão evidente que se manifesta no grande número de ocorrências de elementos remetentes ao enunciatário na tessitura do texto. A explicitação do narratário é a principal estratégia do enunciador para produzir esse efeito de aproximação. A fim de inserir o narratário ainda mais no texto, o narrador direciona a ele perguntas relativas àquilo que enuncia:

Três dias e três noites. A terceira manhã. Isso não lhe lembra algo? (12).

Quem você acha que estava lá? A imagem é magnífica! Quem você acha que veio ao pátio justo naquele momento crucial? (13).

Eu adoraria ter visto o rosto de Hamã, você não? (14).

O enunciador faz aproximadamente quarenta e quatro perguntas ao enunciatário ao longo de toda a exegese, seja confirmando sua compreensão acerca do que já foi enunciado, seja incitando sugestões acerca do que ainda será enunciado, seja questionando a aplicação do enunciado na vida do enunciatário. De maneira geral, as perguntas – decorrentes da proximidade estabelecida entre enunciador e enunciatário – convidam o enunciatário a refletir sobre o conteúdo do texto, como forma de envolvê-lo e aproximá-lo deste. Sobre esse assunto, Benveniste diz: “É, em primeiro lugar, a *interrogação*, que é uma enunciação construída para suscitar uma ‘resposta’, por um processo lingüístico que é ao mesmo tempo um processo de comportamento com dupla entrada” (2006, p. 86).

A fim de colaborar com essa aproximação, o narrador apresenta um exemplo em que ele mesmo está presente, e, em outro trecho, apresenta um exemplo em que o narratário está presente. Apenas o início de cada um deles será citado:

Talvez você tenha uma imaginação fértil o suficiente para imaginar comigo, por um momento, que eu tenha decidido fazer um experimento. Imagine que eu tenha concluído que o comportamento dos porcos foi totalmente mal interpretado [...] (15).

Provavelmente você consiga se recordar da primeira vez que teve um cachorrinho em casa – uma coisinha doce e fofa. Você, no entanto, não ficou com o filhote em

casa por muito tempo antes de descobrir que ele precisava desenvolver uma consciência acerca de certas coisas!
 Já imaginou dar uma saída para fazer umas compras de manhã, antes do almoço, e deixar um pedaço de bife bonito e suculento sobre a mesa da cozinha? (16).

No primeiro exemplo, o narrador toma parte no exemplo que dá. Coloca-se no nível do texto, envolve-se no que enuncia. Isso o traz para mais perto do enunciatário, subjetivizando ainda mais o diálogo que trava com o narratário.

No segundo exemplo, o narrador inclui o narratário no exemplo que dá. Coloca-o no nível do texto, envolve-o no que enuncia. Isso o traz para mais perto do texto e, conseqüentemente para mais perto do enunciador, que também se encontra envolvido no texto.

A preocupação do enunciador em alcançar o enunciatário é refletida também em trechos como os seguintes:

Pastor, talvez você possa dizer a si mesmo [...] (17).

Ou talvez você seja um aluno de uma faculdade bíblica ou de um seminário [...] (18).

O enunciador procura identificar o enunciatário. Em princípio, isso é impossível, uma vez que o enunciatário só é pressuposto. Todavia, é notável no texto a tentativa do enunciador de determinar quem é seu enunciatário a fim de se aproximar dele da melhor maneira possível. Isso denuncia a preocupação do enunciador com o enunciatário na construção de seu enunciado.

Além de “você”, o narratário é interpelado de diferentes maneiras, como “querido amigo” e “leitor”. Isso representa uma embreagem actancial. Representa a neutralização entre um termo enunciativo e um termo enuncivo, restando este último no enunciado, caracterizando, portanto, uma embreagem enunciva. Tal mecanismo, de acordo com Fiorin (2008a, p. 88), “pode indicar afeto, carinho ou respeito, uma vez que o locutor exclui o outro da troca linguística, dando-lhe um lugar especial, não instituído pelo *eu*, como seria o lugar do *tu*”. Fica claro – por meio do adjetivo “querido” que antecede o termo enuncivo “amigo”, do contexto e dos demais mecanismos empregados – que o efeito de sentido que o enunciador procura produzir é o de afeto e carinho.

Cinquenta e nove é o número aproximado de ocorrências do pronome *nós* (*we*) inclusivo no texto (isto é, nas ocorrências em que o *nós* inclui o *tu*), cujo *eu* refere-se ao narrador e o *tu* ao narratário. Alguns exemplos dessas ocorrências:

A lição a ser aprendida é tão dura para Ester quanto é para nós hoje (19).

A aparência exterior e um padrão ritualístico haviam se tornado substitutos para a expressão espontânea da vida de Cristo que habita em nós (20).

Nivelar o *eu* e o *tu* por meio do pronome *nós* inclusivo é colocar o enunciador e o enunciatário no mesmo nível, e, conseqüentemente, aproximá-los. No primeiro exemplo, o enunciador afirma ser tão difícil para ele como é para o enunciatário aprender a lição. Isso gera o efeito de proximidade e compreensão. No segundo exemplo, ao afirmar que em *nós* habita a vida de Cristo, o enunciatário produz o efeito de proximidade ao colocar a si e o enunciatário no grupo de fiéis, tornando-os irmãos na fé. O pronome possessivo, *nosso(a)* (*our*), cujo *eu* refere-se ao narrador e o *tu* ao narratário, foi encontrado aproximadamente sete vezes.

Outro aspecto relevante na relação entre enunciador e enunciatário é a presença de verbos no imperativo, como no exemplo abaixo:

Em outras palavras, quando o Espírito Santo nomeia algo, chame-o pelo nome! Admita e confesse o pecado. Peça imediatamente a purificação que Deus prometeu por meio do sangue de Cristo e seja grato pelo fato de o Grande Mardoqueu (o Espírito Santo) habitar contigo e estar em constante alerta, sempre pronto para expor a perversidade da raça de Hamã e te salvar do mal (21).

Mesmo sem a presença dos pronomes relativos ao narrador e narratário, a presença do verbo imperativo expõe a interpelação do narrador ao narratário. Aquele solicita a este uma resposta comportamental ao enunciado por meio do que Benveniste denomina termo de *intimação*:

De modo semelhante distribuir-se-ão os termos ou formas que denominamos de *intimação*: ordens, apelos concebidos em categorias como o imperativo, o vocativo, que implicam uma relação viva e imediata do enunciador ao outro numa referência necessária ao tempo da enunciação (2006, p. 86).

Por meio das constatações realizadas neste subcapítulo, pôde-se observar que a relação enunciador/enunciatário no texto exegético é marcada no enunciado com “a *acentuação da relação discursiva com o parceiro*”, ou seja, marcada com a explicitação das “duas ‘figuras’ igualmente necessárias, uma, origem, a outra, fim da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p.

87) e caracterizada pela proximidade, informalidade e afetividade. Nas palavras de BARROS (2002, p. 23):

O uso da relação entre tu e você caracteriza, por isso mesmo, interações informais, íntimas e espontâneas, na conversação face-a-face. São características do franco-falador de Bourdieu (1979), de conversas menos elegantes, distintas e polidas.

A fim de auxiliar a visualização dos levantamentos realizados, segue abaixo uma tabela com os valores mencionados neste subcapítulo. Vale ressaltar que a dissertação não analisa as escolhas linguísticas na construção do texto em português, mas aquelas empregadas na construção do texto exegético em sua forma original. Por essa razão, foi indicado no início do trabalho que, por motivos de praticidade, as citações são do texto traduzido, mas seus correspondentes originais encontram-se anexos para conferência. Assim, o levantamento realizado é referente ao texto original. É importante também que se alerte sobre a possível inexatidão dos números, uma vez que a contagem foi realizada manualmente a partir do material impresso, de considerável extensão. Portanto, fica esclarecido que os números representam um valor aproximado da ocorrência dos elementos e servem apenas para referência e comparação.

EU (I)	44
MIM (ME)	9
MEU/MINHA (MY/MINE)	14
VOCÊ (YOU/YOURSELF)	362
SEU/SUA (YOUR/YOURS)	142
NÓS INCLUSIVO (WE/US/OURSELVES)	59
NOSSO/NOSSA (OUR/OURS)	7
PERGUNTAS AO ENUNCIATÁRIO	44

3.2 A relação do enunciadador com o texto-fonte

A exegese, de acordo com o dicionário, é um “comentário ou dissertação para esclarecimento ou minuciosa interpretação dum texto ou duma palavra” (FERREIRA, 1980,

p. 752). A interpretação é passível de ser realizada com abrangências diversas. Pode-se interpretar a mera existência de um texto, sua narrativa como um todo, partes dele, frases, ou até mesmo palavras isoladamente. A exegese de Thomas abrange todos esses níveis.

Uma interpretação para a existência do livro de Ester e sua narrativa como um todo consta na página quinze do texto de Thomas:

[...] eu desconheço outro livro sequer em todo o Antigo Testamento que ilustre mais lucidamente os princípios que regem a vida cristã. Nem há livro que demonstre de forma mais clara o que o novo nascimento realmente envolve e quais condições são necessárias para ser cheio do Espírito Santo e útil para Deus. Nas páginas do livro de Ester, se encontra conhecimento abundante a respeito das implicações de um autêntico discipulado e da implacável batalha pela supremacia final que está sendo travada na alma do homem entre o bem e o mal, entre Deus e o diabo. Não há palavras para descrever como é fascinante encontrar, no desenrolar da história, uma explicação tão meticulosa para aquilo que frequentemente confunde o sincero, porém oprimido crente (22).

Partes do livro de Ester também são interpretadas no texto de Thomas. Os capítulos dois e três do texto bíblico, nos quais, respectivamente, Assuero se casa com Ester, e Hamã demonstra seu ódio contra Mardoqueu ao sentenciar seu povo à morte, têm sua interpretação resumida por Thomas da seguinte maneira: “No capítulo três, vimos que o Espírito Santo sofrera resistência. No capítulo dois, que o Espírito Santo fora recebido [...]” (23).

Frases e palavras também são foco da exegese. A interpretação para “Então tirou o rei o anel da sua mão, e o deu a Hamã, filho de Hamedata, agagita, adversário dos judeus” (3:10) é “O rei Assuero foi completamente vendido a Hamã, assim como a alma do homem pecaminoso é vendida à carne, e seu comportamento é submetido às exigências de um regime rebelde que nega a Deus o direito de ser Deus” (24). A página vinte do texto exegético traz uma interpretação para uma única palavra: “Hamã, o agagita, representará o que o Novo Testamento chama de ‘carne’ [...]” (25).

Assim sendo, é necessário que, a cada diferente momento interpretativo, Thomas indique em seu texto aquilo que pretende interpretar. Ou seja, que insira em seu próprio discurso (o livro de Thomas), o discurso de outrem (o livro de Ester), o qual será seguido novamente por seu discurso interpretativo.

A fim de tratar do discurso citado, a dissertação teve como base principalmente as considerações de Dominique Maingueneau em seu livro *Elementos de linguística para o texto literário*, uma vez que seu quinto capítulo aborda a questão do discurso citado sob o ponto de vista da enunciação.

O discurso citado, de maneira geral, pode ocorrer em três diferentes formas: por meio do discurso direto, do discurso indireto ou do discurso indireto livre. Maingueneau (2001) explica que elas são diferentes maneiras de incluir a enunciação e as marcas próprias de subjetividade do discurso citado no discurso citante, de outra instância enunciativa. Não são, portanto, opções intercambiáveis no que diz respeito a efeitos de sentido, porque “cada esquema recria à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica” (BAKHTIN, 1988, p. 158). Assim, a escolha por uma das formas de discurso citado é um mecanismo enunciativo que revela intenções do enunciador e sua relação com o discurso citado.

Do ponto de vista da enunciação, o discurso direto é a delegação de voz da instância narrativa a um interlocutor, e o discurso indireto, a inclusão do discurso de outro locutor na própria instância narrativa.

A citação em discurso direto “provoca a coexistência de dois sistemas enunciativos autônomos: cada um deles conserva seu *eu*, seu *tu*, suas marcas dêiticas, suas marcas próprias de subjetividade” (MAINGUENEAU, 2001, p. 106). A delegação de voz da instância narrativa a um interlocutor pode ser exemplificada com o trecho abaixo da exegese:

Vamos voltar nossa atenção por um momento para Mardoqueu e descobrir o que pudermos acerca dele.

“Havia então um homem judeu na fortaleza de Susã, cujo nome era Mardoqueu (...) homem benjamita, que fora transportado de Jerusalém, com os cativos que foram levados com Jeconias, rei de Judá, o qual transportara Nabucodonosor, rei de Babilônia” (2:5, 6) (26).

Em lugar de relatar, em seu próprio discurso, as informações sobre Mardoqueu que o enunciador do texto-fonte dá, o exegeta se distancia desse discurso alheio ao delegar a voz ao próprio responsável por ele. O narrador do texto-fonte toma o lugar de interlocutor na exegese, ao falar com sua própria voz, delegada pela instância narrativa do texto exegético. As aspas, bem como os travessões, desempenham “o papel de fronteira entre os dois regimes enunciativos” (MAINGUENEAU, 2001, p. 106) e demarcam bem a responsabilidade por cada enunciado.

Por não absorver o discurso citado em seu próprio enunciado, mas dar-lhe espaço como produto de outra enunciação, o enunciador não emprega suas próprias palavras para retransmiti-lo. Ao contrário, somente o discurso direto “restabelece o discurso citado sob a dupla forma de significante e significado” (p. 104), gerando “consequentemente a dissociação

entre as duas situações de enunciação, citante e citada” (p. 105, 106). O emprego das mesmas palavras utilizadas pelo enunciador do discurso citado não é garantia, todavia, de objetividade, afinal, o discurso citante “constrói como quer um simulacro da situação de enunciação citada” (p. 105). Os fatores citados por Maingueneau como interferentes na suposta objetividade oferecida pelo discurso direto são a contextualização, a entonação e a segmentação, processos com frequência de responsabilidade dos verbos dicendi – os que introduzem o discurso citado.

“Enquanto o discurso direto supostamente repete as palavras de um outro ato de enunciação e dissocia dois sistemas enunciativos, o discurso indireto só é discurso citado por seu sentido, constituindo uma tradução da enunciação citada” (p. 108). O enunciador assimila, em seu próprio discurso, o discurso citado, e o “traduz” com suas próprias palavras. Assim, há apenas um sistema enunciativo, um enunciador e um enunciado. O eu e o tu, bem como as demais marcas dêiticas, possuem a mesma referência. As marcas de subjetividade também são as mesmas, uma vez que, apesar de haver mais de um locutor, o enunciador é um só. Um exemplo da inclusão do discurso de outrem na própria instância narrativa é o trecho abaixo da exegese:

Ester, sem sucesso em suas tentativas de consolar Mardoqueu com suas próprias forças, decidiu que a única coisa sensata a fazer seria permitir que Mardoqueu explicasse a situação ele mesmo e que desse instruções a ela (27).

O discurso citado indiretamente no exemplo são os versículos quatro e cinco do capítulo quatro:

Então vieram as servas de Ester, e os seus camareiros, e fizeram-na saber, do que a rainha muito se doeu; e mandou roupas para vestir a Mardoqueu, e tirar-lhe o pano de saco; porém ele não as aceitou.
Então Ester chamou a Hatá (um dos camareiros do rei, que este tinha posto para servi-la), e deu-lhe ordem para ir a Mardoqueu, para saber que era aquilo, e porquê.

A princípio, o trecho do texto exegético e o trecho do texto-fonte usados como exemplo parecem apenas a mesma narrativa escrita de formas diferentes, pois o trecho exegético não apresenta marcas de discurso citado. No entanto, sob o ponto de vista enunciativo, tem-se que o enunciador da exegese cita um discurso do enunciador do texto bíblico com suas próprias palavras, ou seja, indiretamente.

No discurso indireto, portanto, o exegeta, em vez de delimitar o discurso citado com aspas ou travessões, inclui-o em seu próprio discurso. “Graças a isso, [...] constitui um instrumento perfeito de transmissão do discurso de outrem em estilo linear” (apesar de às

custas de “uma certa despersonalização do discurso citado” (BAKHTIN, 1988, p. 161)). Enuncia-o – fato que, por si, já denuncia a existência de apenas uma instância enunciativa e um enunciador. O discurso indireto é uma “tradução” – de autoria do enunciador do discurso citante – do discurso citado – de autoria do enunciador do discurso citado. Uma vez que o discurso citado é uma narrativa em terceira pessoa, sem a presença do eu/tu, as marcas dêiticas continuaram as mesmas, ou seja, as não-pessoas Ester e Mardoqueu continuaram como não-pessoas.

O discurso indireto livre é uma forma de citação não encontrada, em uma busca geral, no livro de Thomas. Trata-se de uma forma de discurso citado que apresenta tanto “a dissociação dos dois atos de enunciação” quanto “a perda da autonomia dos embreantes do discurso citado” (MAINGUENEAU, 2001, p. 116), características do discurso direto e indireto, respectivamente. Nessa modalidade de discurso citado, é possível perceber a presença de dois enunciadores na própria instância narrativa – um deles, o narrador. Não há fronteiras entre o discurso citado e o discurso citante, sejam elas sinais gráficos ou verbos dicendi, sendo a sensibilidade do leitor para notar a dissonância entre os enunciados a única forma de se perceber o discurso citado. Por não haver fronteiras claras, é possível reconhecer tal modalidade somente com o contexto. O objetivo é mesmo o de “atenuar o desnível entre discurso citante e discurso citado sem, para isso, anular a autonomia do discurso citado” (p. 119).

Na exegese de Thomas, encontramos duas formas de discurso citado: o discurso direto e o discurso indireto, conforme visto nos exemplos já citados. A maioria das ocorrências, todavia, é de discurso direto.

Cada trecho a ser interpretado é trazido para o discurso citante entre aspas e é ora seguido ora precedido por sua interpretação:

“Mardoqueu lhe fez saber tudo quanto lhe tinha sucedido; como também a soma exata do dinheiro, que Hamã dissera que daria para os tesouros do rei, pelos judeus, para destruí-los. Também lhe deu uma cópia da lei escrita, que se publicara em Susã, para os destruir, para que a mostrasse a Ester” (4:7, 8).

Antes que Hamã pudesse ser trazido à força, Mardoqueu sabia que seria necessário primeiramente convencer Ester da perversidade desse homem mau e do intento homicida que se escondia por trás de suas maneiras encantadoras. É justamente nesse ponto que a verdadeira convicção espiritual começa. É uma atividade do Espírito Santo dentro do espírito humano antes de impactar completamente a alma. (28)

No trecho da página anterior, a interpretação segue o discurso citado e, no trecho abaixo, precede-o:

Disposição para morrer é o preço que você deve pagar se quiser ser levantado dentre os mortos e viver e trabalhar e andar no poder da terceira manhã, compartilhando da vida de ressurreição de Jesus Cristo na terra. Você se identifica com Ele nesse aspecto no inexorável cumprir dos propósitos redentores de Deus, que estão para encontrar sua consumação final no glorioso aparecimento de nosso triunfante, ressurreto Senhor.

[...]

Foi com lábios e todos os outros membros trêmulos, e com o coração batendo forte prestes a explodir, que se deu um passo pálido de uma menina que pisava naquela terceira manhã ao cruzar a linha da corte real, em direção à presença do rei, sem ser convidada. Ela não tinha nada a perder, pois já estava morta, auto-sentenciada; porém, tinha tudo a ganhar!

[...]

“Sucedeu, pois, que ao terceiro dia Ester se vestiu com trajes reais, e se pôs no pátio interior da casa do rei [...] e o rei estava assentado sobre o seu trono real, na casa real. E sucedeu que, vendo o rei à rainha Ester, que estava no pátio, alcançou graça aos seus olhos; e o rei estendeu para Ester o cetro de ouro, que tinha na sua mão, e Ester chegou, e tocou a ponta do cetro” (5:1, 2) (29).

No excerto acima, o exegeta apresenta sua interpretação para o primeiro e segundo versículos do capítulo cinco do livro de Ester, e, então, cita-o em discurso direto.

Os efeitos de sentido do discurso direto e os motivos pelos quais o enunciador opta por utilizá-lo são vários. Dentre os principais, estão aqueles que podemos depreender do próprio mecanismo de seu funcionamento: o enunciador do discurso citado permanece o próprio, e não é substituído pelo enunciador do discurso citante. Esse fato isenta a responsabilidade do enunciador do discurso citante pelo enunciado do discurso citado, gerando, conseqüentemente, um distanciamento entre os dois. Esse distanciamento acaba ocasionando, a cada contexto, outros efeitos de sentido, a saber: o de realidade (“pois dá a impressão de que o narrador está apenas repetindo o que disse o interlocutor” (FIORIN, 2008a, p. 74)), fidelidade, evidência, respeito, credibilidade, discordância, entre outros. Para a exegese, importa que a atenção se direcione aos efeitos de evidência, fidelidade e respeito.

Ao citar separadamente o discurso bíblico, muitas vezes separando-o do texto citante com espaçamento extra além das costumeiras aspas, facilita o acompanhamento do desenvolvimento da exegese pelo leitor, pois cada trecho a ser interpretado encontra-se em evidência, abrindo uma nova seção do texto. É uma tática muito interessante a de incluir o texto bíblico, como ele se apresenta originalmente, para o enunciatário da exegese, pois, ao serem-lhe apresentados os dois discursos, ele se aproxima de maneira mais profunda do enunciado ao fazer suas próprias comparações e verificações, bem como participar do

processo exegético ou, pelo menos, acompanhar melhor o seu desenrolar e o caminho percorrido pelo enunciador no processo interpretativo. O discurso direto colabora, assim, para aproximar o texto do enunciatário, ao ajudar este último a visualizar os segmentos interpretativos e acompanhar a trajetória exegética do enunciador do discurso citante.

Como já foi dito, o discurso direto não é garantia de objetividade por diversos motivos, dentre eles a contextualização, o verbo dicendi que o introduz e a própria “escolha do fragmento a ser citado” (FIORIN, 2008a, p. 75). No entanto, a manutenção do enunciador e significante próprios gera o efeito de que o discurso citado não sofreu contato ou interferência do enunciador do discurso citante e que permanece, por assim dizer, “puro” ou “íntacto”. A fim de que determinada interpretação tenha credibilidade, precisa mostrar-se imparcial no sentido de seguir somente a lógica e de se sustentar sobre premissas sólidas. Não é interessante, portanto, que o enunciador se aproprie, em discurso indireto, das palavras que interpretará, pois a interpretação seria referente às palavras do enunciador do texto citante, que oferece, conforme já foi dito, apenas uma “tradução” para o discurso citado. E, como também já foi dito, Thomas oferece interpretação para segmentos de dimensões variáveis, que vão desde o texto como um todo até palavras isoladas. Sendo assim, é importante, talvez necessário, que o segmento a ser interpretado tenha tanto seu significado como seu significante apresentados. A opção para que tal efeito de fidelidade seja gerado é a citação em discurso direto. Uma exegese que se mostre fiel ao texto o qual interpreta ganha mais credibilidade e colabora com o processo de aproximação do enunciatário ao texto.

A característica-chave do discurso direto, o distanciamento entre os dois discursos, isenta o enunciador do discurso citante da responsabilidade pelo discurso citado, uma vez que este mantém seu próprio enunciador. Esse efeito de distanciamento pode ser construído para atingir dois objetivos opostos, de maneira parecida com aqueles de ultraje ou de respeito citados por Benveniste ao se tratar uma pessoa por não-pessoa (2005). Um deles é o de frisar a não-responsabilidade do enunciador por determinado enunciado por não concordar com ele. Demarca-se, dessa forma, o enunciado por meio do discurso direto como forma de lembrar o enunciatário de que aquele enunciado é produto de outra enunciação e que nada tem a ver com as intenções do enunciador do discurso citante. O outro objetivo possível de ser atingido com o efeito de sentido de distanciamento oferecido pelo discurso direto é o de demonstrar respeito pelo discurso citado. Ora, Thomas oferece uma interpretação para o livro de Ester e, logicamente, não é de seu interesse na posição de fiel “traduzir”, em discurso indireto, trechos da Escritura que se autodenomina “divinamente inspirada” (II Timóteo 3:16) e que afirma ter sido nunca “produzida por vontade de homem algum”, mas que “os homens santos de Deus

falaram inspirados pelo Espírito Santo” (II Pedro 1:21). Naturalmente, a opção pelo distanciamento produzido por meio do discurso direto pelo enunciador exegeta objetivou a demonstração de respeito com o texto sagrado para o qual oferece uma possível interpretação. É muito atraente para o enunciatário da exegese, configurado anteriormente neste trabalho como fiel, que a exegese demonstre respeito pelo texto bíblico. Isso gera uma identificação enunciator/enunciatário, uma vez que este reconhece no enunciator o mesmo respeito e interesse pelas Escrituras que o motivaram a ler a exegese em questão. Além disso, a demonstração de respeito mostra uma preocupação com o texto-fonte e sua integridade, o que impede, em certa medida, interpretações exageradas que fogem ao raio de possibilidades semânticas do texto-fonte.

É interessante notar a maneira como o discurso direto se apresenta no texto exegetico. Muitas vezes, ele é separado do corpo do texto, abrindo, visivelmente, uma nova seção interpretativa, conforme exemplos já citados. Também há ao longo do texto, todavia, a presença do discurso citado intercalada, envolvida pelo enunciado do discurso citante, como se pode observar nos excertos abaixo:

Assim sendo, o decreto homicida foi publicado “conforme a tudo quanto Hamã mandou”, mas “em nome do rei Assuero se escreveu, e com o anel do rei se selou” (30).

O rei Assuero reinava, lemos no primeiro versículo do primeiro capítulo, “desde a Índia até Etiópia, sobre cento e vinte e sete províncias” [...] (31).

Hatá havia sido enviado por Mardoqueu não apenas para mostrar a Ester a cópia do decreto originado em Susã para destruir os judeus, mas também para “lhe ordenar que fosse ter com o rei, e lhe pedisse e suplicasse na sua presença pelo seu povo” (4:8) (32).

Esses fragmentos entre aspas, atribuídos ao enunciator do discurso citado, são denominados de *ilhas textuais* ou *ilhas interpretativas* por Maingueneau (2004) ou *variante analisadora de expressão* por Bakhtin (1988) e é, de acordo com os teóricos, um fenômeno do discurso indireto:

[...] o enunciator citante isolou [...] entre aspas um fragmento que, a mesmo tempo, ele utiliza e menciona, emprega e cita. Temos, então, uma forma um tanto *híbrida*: mesmo tratando-se globalmente de discurso indireto, este contém palavras atribuídas aos enunciatóres citados (MAINGUENEAU, p. 151).

[...] integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão. Essas palavras e maneiras de dizer são introduzidas de tal forma que sua especificidade, sua subjetividade, seu caráter típico são claramente percebidos. Na

maioria das vezes, elas são colocadas abertamente entre aspas (BAKHTIN, p. 162).

Nas palavras de Fiorin, “é como se ele [o enunciador do discurso citante] destacasse uma expressão dita por este [o enunciador do discurso citado] e a subordinasse a sua enunciação” (2008a, p. 76).

Thomas também insere fragmentos do enunciador do discurso citado não em meio ao discurso indireto, mas em seu próprio discurso:

Desnecessário dizer que Hamã não cabia em si de orgulho ao ser convidado duas vezes para comer com a rainha e saiu “naquele dia alegre e de bom ânimo” (5:9) (33).

LAGOSTA!

Mas o texto não diz exatamente lagosta, poderia ter sido queijo gorgonzola. Talvez tenha sido algo pesado, tarde da noite. Seja lá qual tenha sido o motivo, “naquela mesma noite fugiu o sono do rei” (6:1) (34).

A intercalação discurso citante/discurso citado demonstra, ao mesmo tempo, o respeito por não se apropriar das palavras sagradas e a intenção de trazê-las à compreensão do enunciatário, ao inseri-las em seu próprio discurso, que, em seu caráter exegético, é voltado especialmente para a compreensão do enunciatário. Esse processo aproxima tanto o enunciador como o enunciatário do texto-fonte: a proximidade do enunciador com o texto-fonte é determinada pela demonstração de seu conhecimento do texto-fonte ao ser capaz de encaixá-lo em sua exegese em diferentes momentos, como prova de congruência entre os dois discursos, domínio do tema e familiaridade com o texto-fonte; a aproximação do enunciatário ao texto-fonte é consequência dessa proximidade do enunciador, que nivela o discurso citado e o discurso citante, envolve aquele neste, de caráter subjetivo, e contextualiza o discurso citado levando em consideração o enunciatário pressuposto, o fiel, que busca compreender o texto-fonte. O processo é, de certa forma, natural: a fim de que alguém explique a outrem determinado texto, é preciso primeiro que aquele que explica tenha conhecimento do texto em questão, para a seguir explicá-lo a outrem. Ou seja, que primeiro se aproxime do texto e depois daquele a quem vai explicá-lo. Esse processo foi, conscientemente ou não, refletido na língua por meio dos procedimentos enunciativos explicados acima.

As ilhas enunciativas na exegese, de forma geral, também dão a impressão de o exegeta estar “ensinando” o fiel a ler o livro de Ester de acordo com a sua visão, ao misturar a linguagem bíblica com a sua linguagem simplificada e floreada de figurativizações, tal qual pai que ora segura ora solta o guidão da bicicleta da criança, a fim de criar a impressão no

leitor de estar lendo as próprias palavras do texto bíblico, mas compreendendo-as de acordo com a visão do exegeta.

Outra característica importante do discurso citado para o processo de aproximação – interesse da dissertação – é a introdução, dispensável e indispensável, respectivamente, do discurso direto e do discurso indireto por verbos *dicendi*. Afinal, “a escolha do verbo introdutor [...] tem [...] conseqüências importantes na maneira pela qual o leitor vai interpretar a citação” (MAINGUENEAU, 2001, p. 113).

O verbo *dicendi* é aquele responsável por inserir o discurso citado no discurso citante:

Assim, quando o rei deu-lhe novamente a oportunidade de fazer um pedido, a rainha respondeu: “Minha petição e desejo é: Se achei graça aos olhos do rei, e se bem parecer ao rei conceder-me a minha petição, e cumprir o meu desejo, venha o rei com Hamã ao banquete que lhes hei de preparar, e amanhã farei conforme a palavra do rei” (5:7, 8).

Está registrado no primeiro capítulo do livro de Esdras que “despertou o Senhor o espírito de Ciro, rei da Pérsia, o qual fez passar pregão por todo o seu reino [...]” (35).

Ainda enquanto as profecias perturbadoras sobre o iminente desastre saíam da boca dos amigos de Hamã, os camareiros do rei irromperam na triste cena e apressaram-no em levá-lo ao banquete que Ester preparara (36).

No primeiro caso, o verbo *dicendi* é *respondeu*. Ele se encontra, juntamente com os dois pontos e as aspas, na fronteira entre o discurso citante e o discurso citado de forma direta. No segundo caso, o verbo *dicendi* é a locução *está registrado*. Ele introduz a ilha enunciativa no discurso citante e a delimita (a delimitação também está marcada pelas aspas). No terceiro caso, bem como em diversos segmentos do texto exegético, não há verbo *dicendi*. Apesar de Maingueneau afirmar que a presença do verbo *dicendi* no discurso indireto é obrigatória, a análise encontrou casos em que ele se torna dispensável, tais como o fragmento acima. Apesar de não haver a restrição claramente registrada, as teorias descrevem o discurso indireto como um processo de citação de enunciados exclusivamente de interlocutores, e não de narradores. Todavia, Thomas escreve com as palavras dele trechos da história de Ester. A história de Ester, porém, não é discurso do exegeta, é discurso alheio. Não é também discurso de algum interlocutor, mas sim de um narrador: o narrador do livro de Ester. Dessa forma, há um discurso citado indiretamente, pois o exegeta se apropriou do enunciado do narrador do texto bíblico, e o próprio conteúdo do enunciado denuncia se tratar da história de Ester, sendo desnecessário que o exegeta introduza este trecho com um verbo *dicendi*.

O motivo pelo qual o verbo *dicendi* subjetiviza o discurso citado é porque ele

“especifica essa enunciação em diferentes registros” (MAINGUENEAU, 2001, p. 112). Para este mesmo autor, os verbos *dicendi* se dividem em duas classes:

[...] de um lado, aquelas que têm valor descritivo (*repetir, anunciar, etc.*) e, de outro, as que implicam um julgamento de valor do enunciador quanto ao caráter bom/mau ou verdadeiro/falso do enunciado citado (*reprovar, ousar afirmar, etc.*) (2001, p. 112).

Como a amostra de exemplos na página anterior reflete, a maioria dos verbos *dicendi* no texto exegético possui valor descritivo. Ou seja, apesar de Thomas citar diretamente o texto bíblico, ele não procura “adaptá-lo” a fim de fundamentar a exegese: ele o faz sem o uso desse artifício, gerando efeito de que o enunciador é capaz de apresentar uma exegese logicamente fundamentada sem, para isso, ter de “adaptar” ou “subjetivizar” o texto bíblico. Isso confere efeito de imparcialidade, e conseqüentemente, credibilidade à exegese.

No texto de Thomas, como já foi dito, a maioria das ocorrências de discurso citado se dá na modalidade direta. Também já foi dito que não é obrigatória a introdução do discurso direto com verbos *dicendi*. Sobre sua presença nessa modalidade de discurso citado, Maingueneau afirma: “[...] ela não é indispensável, podendo o contexto ser suficiente para marcar a mudança do espaço enunciativo” (2001, p. 114). A maioria das ocorrências de discurso direto do texto exegético não são introduzidos por verbos *dicendi*. Apenas o contexto é suficiente para marcar a mudança:

Vamos voltar nossa atenção por um momento para Mardoqueu e descobrir o que pudermos acerca dele.

“Havia então um homem judeu na fortaleza de Susã, cujo nome era Mardoqueu [...] homem benjamita, que fora transportado de Jerusalém, com os cativos que foram levados com Jeconias, rei de Judá, o qual transportara Nabucodonosor, rei de Babilônia” (2:5, 6) (37).

Se havia uma coisa que deixava Hamã furioso, era o fato de que havia alguém no portão do rei que o olhava diretamente nos olhos com desprezo e cuja cabeça nunca se curvava em sua presença.

“Então os servos do rei, que estavam à porta do rei, disseram a Mardoqueu: Por que transgride o mandado do rei? Sucedeu, pois, que, dizendo-lhes isto, dia após dia, e não lhes dando ele ouvidos, o fizeram saber a Hamã, para verem se as palavras de Mardoqueu se sustentariam, porque ele lhes tinha declarado que era judeu. Vendo, pois, Hamã que Mardoqueu não se inclinava nem se prostrava diante dele, Hamã se encheu de furor” (3:3-5) (38).

Hamã viu nos judeus uma ameaça à sua autoridade, uma ameaça personificada na rebeldia inflexível de Mardoqueu.

“Porém teve como pouco, nos seus propósitos, o pôr as mãos só em Mardoqueu (porque lhe haviam declarado de que povo era Mardoqueu); Hamã, pois, procurou destruir a todos os judeus, o povo de Mardoqueu, que havia em todo o reino de Assuero [...]” (39).

Nos três exemplos, o discurso citante oferece apenas o contexto e recursos tipográficos para demarcar o início do discurso citado.

Citar diretamente, em geral sem verbos *dicendi*, e, quando os há, serem apenas descritivos, revela a preocupação do exegeta em “alterar” o mínimo possível o texto bíblico para a confecção da exegese. Não o “altera” citando indiretamente, com suas próprias palavras e não o “altera” introduzindo-o com verbos *dicendi* que possam demonstrar julgamento de valor. Ao contrário de aproximação, tais processos revelam afastamento. É preciso notar, todavia, que o afastamento é na direção exegeta – texto bíblico. O exegeta procura não “contaminar” o texto bíblico. Por outro lado, há aproximação no sentido texto bíblico – exegeta, revelada pelo frequente apelo às ilhas enunciativas, que inserem, de modo isolado, o texto bíblico na exegese. É esse o objetivo do exegeta refletido nas escolhas linguísticas: não alterar o texto bíblico, mas trazê-lo para mais perto do leitor. Assim, afastar-se do texto bíblico nesse caso é um processo escolhido pelo exegeta para aproximar o fiel de sua exegese.

Dessa forma, o presente subcapítulo pretendeu guiar-se pelas três grandes direções de Maingueneau e Charaudeau para a abordagem do discurso citado: “*a posição de quem cita e do destinatário: quem cita o quê para quem?*”, “*as diferentes maneiras de citar*” e “*a maneira pela qual quem cita avalia o enunciado citado para integrá-lo*” (2008, p. 176). Ou seja, foram verificados a posição do enunciador e do enunciatário, que é a de um exegeta citando o texto bíblico para um fiel; os diferentes tipos de discurso citado no texto, o direto e o indireto; e a relação do enunciador com o texto-fonte, marcada com efeitos de objetividade, respeito, distanciamento e fidelidade.

3.3 A figurativização

Conforme abordado no capítulo dos fundamentos teóricos, é sabido que o responsável por transformar o nível narrativo em nível discursivo é o sujeito da enunciação, que recobre e concretiza os esquemas abstratos do nível narrativo por meio de dois procedimentos

semânticos do discurso: a tematização e a figurativização, sendo o primeiro obrigatório, e o segundo opcional.

Textos em que predominam temas são denominados textos temáticos. De acordo com Fiorin (2009, p. 91), eles “procuram explicar a realidade, classificam e ordenam a realidade significativa, estabelecendo relações e dependências” e “têm uma função predicativa ou interpretativa”. Esse último adjetivo é especialmente próprio para a presente situação de estudo, pois o texto exegético (ou que *interpreta*) em análise é um texto temático. Ele possui sim figuras esparsas, mas sua essência é temática, explicativa. De acordo com Barros (2007, p. 73), “há dois tipos distintos de textos, do ponto de vista dos procedimentos semânticos do discurso: textos temáticos de figurativização esparsa e textos figurativos”.

Textos em que predominam figuras são denominados textos figurativos. De acordo com Fiorin (2009, p. 91), eles “criam um efeito de realidade, pois constroem um simulacro da realidade, representando, dessa forma, o mundo” e “têm uma função descritiva ou representativa”. Esse último adjetivo é especialmente próprio para a presente situação de estudo, pois o livro de Ester, que *representa* os temas explicitados pela exegese, é um texto figurativo. É um texto que se refere a elementos do mundo natural em sua maior parte.

A um encadeamento de temas que mantêm coerência interna e manifestam um tema mais geral, chama-se percurso temático. Da mesma forma, um conjunto de figuras relacionadas e encadeadas, formando uma rede, é chamado de percurso figurativo. Para depreender o tema que subjaz às figuras, não é suficiente que se analise temas ou figuras isolados, o que poderia também levar a conclusões erradas. É necessário que se perceba os encadeamentos de temas e figuras, ou seja, os percursos temáticos e figurativos.

Fiorin (2009, p. 92) diz ainda que “quando tomamos um texto figurativo, precisamos descobrir o tema subjacente às figuras, pois para que estas tenham sentido precisam ser a concretização de um tema, que, por sua vez, é o revestimento de um esquema narrativo”. Ou seja, por baixo da figurativização do livro de Ester existe um (alguns) tema(s). A exegese, de função interpretativa e explicativa, se dispõe a interpretar ou explicar determinada realidade. A realidade em questão é aquela representada pelo livro de Ester pela figurativização. Assim, o objetivo do enunciador em sua exegese é explicitar o tema que subjaz à figurativização do livro de Ester.

Uma única figura pode recobrir diversos temas, e, consciente disso, Thomas alerta logo no início de seu texto:

Assim sendo, faço questão de frisar que não reivindico o monopólio da interpretação do livro de Ester, mas simplesmente acrescento estes pensamentos aos inúmeros outros que já foram expressos [...] (40).

É interessante notar que o exegeta fala do conceito de *símbolo*, mencionado por Fiorin em seu livro *Elementos da análise do discurso* “como uma figura cuja interpretação temática é fixa” (2009, p. 96). Thomas chama os símbolos contidos na Bíblia de *expositional constants* (termo traduzido para “constantes explicativas”). A seguir, será citado o devido trecho apenas em português, para compreensão geral do assunto:

Paulo escreve no versículo vinte e quatro do quarto capítulo de sua carta aos gálatas, com referência ao nascimento de Isaque e Ismael: “O que se entende por alegoria”. O apóstolo reconhece claramente que, por trás de eventos históricos, há um simbolismo único por meio do qual o Espírito Santo escolheu ilustrar, no Antigo Testamento, verdades espirituais expressas no Novo Testamento. É a compreensão correta desse simbolismo oculto que nos oferece a chave para a correta espiritualização, que, por sua vez, nos proporciona a base para um esclarecimento bíblico preciso.

A espiritualização correta fornece constantes explicativas, com as quais todo esclarecimento bíblico deve estar de acordo para ser preciso e seguro, pois essas constantes envolvem princípios que não podem ser violados.

Permita-me explicar a você o que quero dizer com constantes explicativas. O Espírito Santo, como autor da Bíblia, elegeu determinadas pessoas, nações, países, animais e objetos inanimados como símbolos para expressar certos significados espirituais. Uma vez que você aprende a linguagem do Espírito Santo e reconhece um desses símbolos em qualquer trecho da Bíblia, você é alertado para o fato de que Ele está fazendo referência àquilo que é representado pelo símbolo em questão. É a importância espiritual desses símbolos que descrevi acima como “constantes espirituais”, devido à uniformidade inflexível com a qual o Espírito Santo os utiliza por toda a Bíblia. Um dos que vem à mente prontamente é o óleo, que tanto no Antigo como no Novo Testamento sempre representa a pessoa, encargo e obra do Espírito Santo, da mesma forma que o vento e o fogo.

[...]

Uma alegoria é a descrição de alguma coisa por meio do aspecto de outra, que lembra e sugere aquela. Certamente foi o caso das parábolas empregadas pelo Senhor Jesus. Desse modo, ele esclareceu a verdade que queria transmitir, realçou-a e inculcou-a nos ouvintes (41).

Thomas relaciona o conceito do termo *alegoria*, mencionado por Paulo, aos conceitos de símbolo e de constante explicativa, apesar de a explicação e exemplificação de *alegoria* por Thomas se relacionar melhor com o conceito de metáfora. A dissertação, entretanto, não se aprofundará na análise dos conceitos mencionados pelo exegeta. A consideração sobre as constantes explicativas descritas no texto exegético possui apenas a finalidade de ressaltar a preocupação do exegeta com o aspecto da construção de sentido que a linguística denomina de semântica discursiva. Nesse trecho do texto exegético, são apresentados conceitos que podem ser aplicados a importantes noções da semântica discursiva. A *constante explicativa*

pode ser aplicada ao conceito de símbolo; a *alegoria*, ao de metáfora; os *significados espirituais* e *verdades espirituais* aos temas. Assim, a exegese é introduzida com considerações acerca da natureza figurativa do livro de Ester e temática do texto exegético.

Esse subcapítulo é, portanto, de grande importância para a análise dos processos de aproximação do enunciatório à exegese e, conseqüentemente, ao texto-fonte, já que o próprio exegeta destina um espaço em seu texto para a explicação dos procedimentos figurativos e o papel destes a favor da compreensão.

Há, então, um texto figurativo (o livro de Ester) e um texto temático (a exegese), assim apresentados pelo exegeta. Ao longo da exegese, o enunciador deduz o tema que subjaz a cada figura trazida pelo texto-fonte. Explicita o tema recoberto por personagens, objetos, estados e transformações, que funcionam como metáforas ou símbolos para princípios espirituais. Além de explicitar os temas, o enunciador procura explicá-los ao enunciatório, a fim de aproximá-lo ainda mais do texto-fonte e assegurar sua compreensão. Para isso, faz uso de figurativizações extras, por meio das quais é possível inclusive obter informações acerca dos perfis do enunciador e do enunciatório.

Nesse ponto da análise, é interessante questionar o uso de figurativizações extras para a aproximação, afinal, o tema já foi representado pelas figuras do texto-fonte. Há, assim, para determinados temas do texto-fonte, duas ou mais figuras, a saber: a figura original, do livro de Ester e a(s) figura(s) empregadas pelo exegeta em meio a sua explicação temática. O principal motivo para a suposta “insuficiência” da figura original para a máxima aproximação entre tema do texto-fonte e enunciatório da exegese pode ser encontrada na própria natureza das figuras criadas pelo exegeta: sua atualidade e contextualização para o enunciatório da exegese. Assim, o tema extraído das figuras do texto-fonte ganha nova roupagem sob figuras presentes na situação enunciativa do enunciatório. O objetivo do exegeta, portanto, parece ser o de adaptar as figuras ao enunciatório da época presente, ao seu vocabulário e realidade, a fim de que construam efetivamente “um simulacro da realidade”. A adequação das novas figuras ao enunciatório do texto exegético será verificada posteriormente, conforme o trabalho analisa as figurativizações.

O texto exegético, como já foi dito, é um texto temático. É necessário lembrar, todavia, que textos temáticos não são totalmente, mas predominantemente temáticos. Assim, apesar da presença das figurativizações criadas pelo exegeta, o texto exegético é um texto temático, pois explica determinada realidade: “O exercício da análise textual tem mostrado, porém, que não há discursos não-figurativos e sim discursos de figuração esparsa, em que assumem relevância as leituras temáticas” (BARROS, 2002, p. 115). O presente subcapítulo

focalizará as figurativizações criadas pelo exegeta e analisará as características que fazem delas mais do que meras concretizações do tema, mas auxiliadoras no processo de aproximação do enunciatório ao tema exposto pela exegese, e, conseqüentemente, ao tema que o exegeta acredita subjazer ao livro de Ester.

A primeira figurativização presente na exegese encontra-se logo no início do texto:

Estou cansado de religião. E, para ser sincero, desconheço algo mais enfadonho do que o cristianismo sem Cristo.

Você já tentou dar a partida em um carro sem combustível, até que não sobrasse mais nenhuma faísca de bateria? Caso afirmativo, você sabe exatamente o que quero dizer, pois há poucas coisas mais frustrantes do que um carro que não pega. Tudo está bem lubrificado, no lugar certo, e todas as partes estão funcionando corretamente, mas, tente o quanto quiser, não há sombra de solução nem a menor evidência de vida no motor. Você pode até acabar dando um fim na coisa, já que não há chances de fazê-la funcionar!

Inúmeras pessoas deixaram de ir a um lugar de adoração simplesmente por estarem fartas de girar na engrenagem de uma religião morta. Elas estão exaustas de tentar fazer um carro pegar com o tanque vazio! (42).

A figurativização acima recobre o tema abordado por Thomas em todos os seus livros, conforme visto no capítulo dois deste trabalho: a realidade do cristão, acostumado intelectualmente e ritualisticamente ao cristianismo, que não o vive ainda de maneira prática e real. Ou seja, vive os ritos e rotinas do cristianismo sem considerar a essência dessa religião, que é Cristo. Dessa maneira, Thomas inicia o uso de figuras ao recobrir, em poucas palavras (“um carro sem combustível”), o tema geral de sua exegese, aquele que acredita subjazer, de forma geral, às figuras do livro de Ester. É interessante observar a atualidade da figura criada pelo enunciador. Não é referente a reis e decretos, mas a automóveis. O enunciador utiliza uma figura que faz referência à realidade do enunciatório contemporâneo. Um enunciatório que dirige automóveis e que já passou pelo problema comum de tentar fazer funcionar um veículo sem combustível. Dessa forma, antes mesmo de iniciar sua exegese, o enunciador resume a temática que acredita subjazer às figurativizações do livro de Ester em uma única e simples figura presente na realidade do enunciatório, chamando assim sua atenção para a exegese que tem em mãos e fazendo-o identificar-se com o tema ali presente e acreditar na relevância deste para sua vida. Não obstante o uso de uma figura atual e presente na realidade do enunciatório, este é interpelado pelo enunciador. O exegeta questiona o enunciatório, convida-o a “entrar” na figura. Além disso, interpela-o em relação ao seu passado: “Você já tentou dar a partida em um carro sem combustível, até que não sobrasse mais nenhuma faísca de bateria?”. Ou seja, não sugere que o enunciatório imagine uma figura possível de existir em sua realidade, mas que o enunciatório já tenha feito parte dela em algum momento no passado.

Essa “inserção” do enunciatário na figurativização aproxima-o do tema que o enunciador procura explicar por intermédio dela.

Em determinado ponto da narrativa do texto-fonte, Mardoqueu relata a Ester toda a perversidade de Hamã. Para o exegeta, Mardoqueu representa o Espírito Santo, Ester, o espírito humano e Hamã, a carne. Assim, o tema por baixo da narrativa é de que o Espírito Santo mostra ao espírito humano a perversidade da carne. A esse evento, o protestantismo chama de convicção espiritual. A fim de explicar melhor o conceito, o exegeta procura diferenciar os conceitos de consciência moral e consciência natural. Para isso, faz uso de figurativizações.

Na primeira delas, o exegeta sugere que o enunciador se lembre da ocasião em que teve um filhote de cão em casa. Por meio de descrições comportamentais do animal, ou seja, da criação de um simulacro da realidade, explica o funcionamento da consciência natural. A figura, para funcionar como tal, precisa ser um simulacro da realidade. Se a figura pretende aproximar o assunto do enunciatário, no sentido de facilitar sua compreensão, então a realidade cuja figura será simulacro deverá ser a do enunciatário. Ou seja, é necessário que as figuras representem a realidade do enunciatário para que possam atingir o objetivo do exegeta, de facilitar a compreensão do tema. Escolhe, assim, um animal doméstico bastante comum em situações bastante prováveis, como ao dizer que, se deixado um bife sobre a pia da cozinha, o cão o comerá. São elementos presentes na realidade do enunciatário, e ele pode imaginar, com muita facilidade, a situação tal como apresentada pela figura. A intenção do enunciador, no entanto, foi mais do que fazer o enunciatário imaginar, mas fazê-lo lembrar-se de determinada situação:

Provavelmente você consiga se recordar da primeira vez que teve um cachorrinho em casa, aquela coisinha doce e fofa! (43).

A intenção do enunciador parece ter sido a de fazer esse simulacro o mais real possível e em torná-lo não somente um simulacro da realidade em que o enunciatário está inserido, mas de uma realidade já vivida por ele. Além disso, é importante notar que, semelhantemente à outra figurativização já analisada, o enunciatário também é interpelado e, dessa forma, “inserido” na figura.

Logo após essa figurativização, há um parágrafo que se inicia da seguinte forma:

Se você ainda não está entendendo aonde quero chegar, pergunte-se qual o motivo de olhar ansiosamente pelo retrovisor da próxima vez que estiver dirigindo além da velocidade máxima permitida! (44).

Ou seja, caso a primeira figurativização não baste, há outra: um motorista dirigindo um veículo apreensivamente, por estar acima da velocidade permitida. A sugestão de uma figurativização alternativa ilustra bem o princípio da semântica discursiva, também apresentado pelo exegeta no início de seu texto, de que o mesmo tema pode ser recoberto por figuras diversas. Eis novamente a figura do automóvel, contemporâneo e presente na realidade do enunciatário da exegese. Como nas figurativizações anteriores, o enunciador se refere ao enunciatário como “você”, incluindo-o na figurativização. Porém, ao contrário das figurativizações anteriores, o enunciador não sugere que o enunciatário tenha vivenciado, em algum momento do passado, a realidade representada pela figura empregada. Em vez disso, sugere que o enunciatário ainda vá viver a realidade representada pela figura. Apontar a realidade representada na figurativização ora para realidade passada, ora para realidade futura do enunciatário gera o mesmo efeito de sentido: o de aproximação do enunciatário à figura, e conseqüentemente ao tema que ela esclarece, uma vez que a identificação do enunciatário sugerida no enunciado é com não apenas a realidade do mundo em que está inserido, mas com sua própria realidade, seja ela passada ou futura.

O exegeta recobre o tema *consciência natural* ainda com outra figura:

Quando um pedaço de madeira incandescente cai da fogueira, por exemplo, você decide não pegá-la com as mãos, porque seria *conseqüentemente* errado: você se queimaria! Nenhuma questão moral, no entanto, é envolvida nessa decisão. É uma escolha natural que qualquer animal razoável faria, ao deparar-se com uma situação parecida.

Você anda pelo exercício de seu desejo natural do mesmo modo que um cão o faz, exceto pelo fato de que você só tem duas pernas para isso! Você se senta, fisicamente, do mesmo jeito que um cão se senta, e você entra em um carro, fisicamente, do mesmo jeito que um cão entra no carro. Essa vontade exercitada a fim de trazer o corpo à ação para fazer tais coisas não envolve moral (45).

Mais uma vez, as figuras são comuns à realidade do enunciatário: queimar-se com um pedaço de madeira incandescente, sentar-se, entrar em um carro. O enunciador inclui também o enunciatário na figura ao dirigir-se a um “você”. Quando o enunciador utiliza as figuras queimar-se com um pedaço de madeira incandescente, sentar-se, entrar em um carro, põe como sujeito dessas ações o enunciatário, a fim de que ele se veja na situação proposta e aumente assim, sua compreensão do que a figura representa. Diferente das figurativizações acima, a realidade representada por estas figuras não é apontada como pertencentes à

realidade passada ou futura do enunciatário. Mesmo assim, mais do que apontar meramente para a realidade em que o enunciatário está inserido, as figuras apontam para a realidade em que ele *vive*. Essa constatação se dá a partir do uso do pronome *you*, se referindo ao enunciatário, e ao uso do presente gnômico.

Quanto ao tema da *consciência moral*, o exegeta recobre-o com as seguintes figuras:

O fator moral pode ser introduzido, no entanto, se você está sentado, quando o trabalho pelo qual você é pago para realizar exige que você fique em pé. Além disso, apesar de não haver escolha moral envolvida no ato físico de andar, pode haver uma escolha moral envolvida na *direção* que você decidiu tomar, e na companhia a que isso o levará.

Entrar no carro, ligá-lo e dirigir estrada afora pode não exigir nada mais do que uma série de atos físicos com os quais sua consciência moral permanecerá despreocupada... até que você alcance a estrada principal. Lá, você tem de decidir virar à direita ou à esquerda. Virar à direita o levaria ao clube, onde, quando era alcoólico, costumava embriagar-se. Virar à esquerda o levaria para casa, onde estão sua esposa e família.

[...]

Se a carne obtiver sucesso em silenciar a sua consciência moral e exercer influência sobre o seu desejo natural, você virará à direita na estrada principal e chegará ao clube, derrotado moralmente. Por outro lado, se o Espírito Santo permitir que o seu desejo moral exerça controle sobre o desejo natural, você virará à esquerda e chegará em casa, para a alegria de sua esposa e filhos, e para o indizível prazer de sua própria alma, moralmente vitoriosa (46).

Neste trecho, há duas figurativizações para o mesmo tema, a *consciência moral*. A primeira delas encontra-se no primeiro parágrafo: “O fator moral pode ser introduzido, no entanto, se você está sentado, quando o trabalho pelo qual você é pago para realizar exige que você fique em pé”. A segunda encontra-se ao longo do segundo e terceiro parágrafos.

A primeira e a segunda figurativizações são bem parecidas em suas características. Ambas utilizam figuras presentes na realidade do enunciatário e condizentes com sua época, o que as difere daquelas presentes no livro de Ester (principalmente a figura do carro), que são voltadas para enunciatários de sua época. Ambas as figurativizações envolvem o enunciatário. Referem-se a ele como *you* e colocam-no na posição de sujeito nas figurativizações. No primeiro caso, quem o enunciador aponta na figura como sendo aquele que está sentado, quando o trabalho pelo qual se é pago para realizar exige que se fique em pé, é o enunciatário, referido como *you*. No segundo caso, a figura de uma pessoa pegando seu carro e escolhendo entre dirigir até o bar ou até a casa é atribuída ao enunciatário também por meio do pronome *you*. Diferentemente das figurativizações já analisadas, estes dois casos não fazem referência a situações da vida do enunciatário no passado, no presente ou no futuro. São situações hipotéticas, e o enunciatário é interpelado por *you*, para que se coloque na situação descrita e

compreenda melhor o tema ilustrado pelo enunciador. Apesar de o tempo verbal ser o presente nas duas figurativizações, da mesma forma que na última figurativização analisada, elas não remetem, como esta última, à realidade vivida no presente do enunciatário. A razão pela qual se faz essa diferenciação encontra-se na universalidade dos enunciados, gerada pelo presente gnômico, presente na última figurativização analisada. Nela, o conteúdo dos enunciados é universal: na situação de um pedaço de madeira cair da fogueira, o enunciatário não a pegará, pois se queimaria, e isso é real, em princípio, na vida de qualquer enunciatário; e o enunciatário se senta e entra em um carro fisicamente da mesma forma que um cão, e isso se aplica, em princípio, a qualquer enunciatário. Nas figurativizações sendo analisadas agora, entretanto, os enunciados não são universais: nem todo enunciatário é pago por um trabalho que exige que se fique em pé; da mesma forma, nem todo enunciatário encontra-se, nesse momento, em um carro, dirigindo por uma estrada até uma bifurcação que o pode levar até o clube, onde se embriagava quando alcoólico, ou até a casa, onde estão sua esposa e família. Assim, a possibilidade é grande de essas últimas figurativizações não remeterem à realidade vivida pelo enunciatário. Remetem sim à realidade conhecida, existente no mundo do enunciatário. Porém, ao torná-lo parte das figuras, ao colocá-lo na situação, o enunciador parece procurar fazê-lo ver a figura com seus próprios olhos, de dentro da situação sugerida, para assim entender melhor o tema que ele procura explicar com as figurativizações.

Esta última figurativização, que recobre o tema *consciência moral*, é finalizada com o seguinte parágrafo:

“Mas é justo aí”, você diz, “quando eu chego na estrada principal e eu tenho de fazer uma escolha, que está o meu problema! É aí que sempre sou derrotado! Como posso colocar meu desejo natural em harmonia com meu desejo moral? Como, no meu caso, posso colocar o anel no dedo certo?” A resposta encontra-se na sua atitude em relação ao Senhor Jesus Cristo, cuja vida você compartilha (47).

Agora, o enunciador atribui palavras ao enunciatário, como se este tivesse se apropriado das figuras criadas pelo enunciador para recobrir o tema de sua própria dificuldade: a de conciliar as duas consciências. Em seguida, as palavras atribuídas ao enunciatário são: “Como, no meu caso, posso colocar o anel no dedo certo?”. Eis uma figura pertencente ao livro de Ester. A ocorrência dessa figura do texto-fonte, na realidade, está fechando o seguinte ciclo: o enunciador, primeiramente, apresentou um excerto do texto-fonte e ofereceu uma interpretação. Ou seja, apresentou a figura, e, em seguida, o tema que ele acredita subjazer a ela. Prosseguiu explicando o tema e, para que o enunciatário o compreendesse melhor, fez uso de figurativizações extras, criadas por ele mesmo. Depois de

assegurar-se, por meio das diversas figurativizações, que o enunciatório compreendeu o tema, associou suas figurativizações à figurativização original, contida na Bíblia. Dessa forma, por meio de um desvio – com direito a explicações temáticas e figurativizações extras – o enunciador pôde mencionar a figurativização original seguro de que o enunciatório apreenderia dela o tema sugerido por ele na exegese. Assim, do enunciado “Como, no meu caso, posso colocar o anel no dedo certo?”, o enunciatório entende “Como posso colocar meu desejo natural em harmonia com meu desejo moral?”, que é a interpretação do exegeta, estrategicamente colocada, no trecho citado na página anterior, próxima à figura do texto-fonte. A propósito, o enunciador colocou, no mesmo parágrafo, sua figurativização, o tema que ele acredita subjazer à figurativização original e a figurativização original. Assim, está claramente mostrada a associação realizada pelo enunciador. Este processo mostrado neste caso de figurativização demonstra como as figurativizações criadas pelo enunciador procuram explicar o tema ao enunciatório, ou seja, aproximá-los.

Em outro ponto do texto exegético, o enunciador traz uma interpretação para o trecho do texto-fonte (ou seja, sugere o tema que subjaz à figurativização) em que Hamã é morto e Mardoqueu ocupa seu cargo. Em sua explicação, afirma que a carne (representada por Hamã) não pode ser melhorada, mas apenas substituída, pois sua natureza é má e não há meios de mudá-la ou melhorá-la. A fim de explicar melhor a idéia, o enunciador cria uma figurativização. Ela é extensa para ser citada no presente subcapítulo, mas uma síntese será apresentada. O enunciador faz uma apresentação pessoal, diz onde mora e com quem. A seguir, convida o enunciatório a imaginar com ele a seguinte situação: ele (enunciador) chegou à conclusão de que os porcos não são sujos ou rolam na lama por natureza ou instinto, mas por falta de educação e condicionamento. Assim, decide adotar um porco para provar seu ponto de vista. Coloca roupas no animal e ensina-o a comportar-se como um humano. Após longo tempo de treinamento, o animal parece aprender. Porém, esquecem a porta aberta certo dia. Ao sentir o cheiro da grama recém-cortada, o porco é atraído para fora e encontra um lamaçal, onde mergulha e se sente em casa. O enunciador aplica sua figura da seguinte forma:

Ao ser dada apenas meia chance, a natureza do animal volta para onde pertence – e isso pôde ser comprovado pela sua *própria* experiência. A carne dentro de você nunca deixou e nunca deixará de amar o pecado. Com apenas meia chance também, a carne voltará para o lugar ao qual pertence e rolará na lama!

É por isso que os homens mais santos ainda possuem latente dentro de si o mais terrível potencial para o mal. E são os homens mais santos que sabem melhor disso, pois é o conhecimento desse exato fato o segredo de sua santidade. Eles aprenderam há muito tempo, com o rei Assuero e frequentemente por experiências amargas, que o caráter não muda ao melhorar a carne, mas ao permitir que ela seja

substituída pelo Espírito Santo, pois porco é porco! Somente o Espírito Santo pode tornar seus apetites perniciosos inoperantes (48).

Aplica, assim, sua figurativização ao tema. Emprega-a para a melhor explicação deste. É interessante notar que, no parágrafo acima, o enunciador mescla a explicação com suas figuras, como em “Com apenas meia chance também, a carne voltará para o lugar ao qual pertence e rolará na lama!” e em “(...) o caráter não muda ao melhorar a carne, mas ao permitir que ela seja substituída pelo Espírito Santo, pois porco é porco!”. Com isso, a intenção do enunciador parece ser a de ajudar na compreensão, tanto da figura, como do tema. Por exemplo, ao dizer que a carne rolará na lama, está afirmando que a carne equivale ao porco na figura.

O enunciador termina o capítulo com uma consideração acerca dessa transformação do potencial para o mal em potencial para o bem: “Isso nunca pode ser realizado apenas levando Hamã ao salão de beleza! É da força que ele precisa, com o anel fora do dedo e a corda em volta do pescoço!” (49). Dessa forma, é possível perceber mais uma vez o ciclo que se inicia com a menção da figurativização do texto fonte, passa pela exposição do tema, apresenta a figurativização extra e termina com a explicação do tema com retorno e associação à figurativização do texto-fonte. É interessante observar que, na fase final do ciclo (ou seja, na última frase do capítulo, citada neste parágrafo), o enunciador mescla a figurativização original com a figurativização extra. A primeira seria o percurso figurativo referente a Hamã (com as figuras Hamã, a força, o anel, a corda) e a última seria o salão de beleza. Dessa forma, o enunciador parece querer trazer o enunciatário para mais perto da figurativização original, ao mesclá-la com figuras mais conhecidas por este. Além disso, o senso de humor na figura empregada também aproxima o enunciatário do texto.

A propósito, na figurativização cuja figura central é o porco, as figuras em geral procuram ajustar-se bem à realidade do enunciatário por alguns fatores, dentre eles a introdução ao assunto que o enunciador faz apresentando a si, a família e um ambiente familiar bastante comum. Um dos enunciados que reflete isso é o seguinte: “Ensinamo-lo a limpar as patas ao entrar em casa, sentar à mesa, abaixar a cabeça enquanto damos graças e a dormir a noite nos lençóis e cobertores que providenciamos a ele, em sua própria caminha” (50). Aliás, “abaixar a cabeça enquanto damos graças” é uma figura que bastante se identifica com a realidade do enunciatário-fiel – o enunciatário mais provável da exegese.

Diferente das figurativizações analisadas anteriormente, o enunciatório não está incluso nesta. O sujeito é o próprio enunciador (que, na situação hipotética, adota o porco em sua casa). No entanto, logo no início, o enunciador convida o enunciatório a imaginar a cena:

Talvez você tenha uma imaginação fértil o suficiente para imaginar comigo, por um momento, que eu tenha decidido fazer um experimento. Imagine que eu tenha concluído que o comportamento dos porcos foi totalmente mal interpretado; que a idéia de o porco rolar na lama por vontade, e de ele amar a sujeira por natureza seja completamente infundada (51).

Apesar de o enunciatório não fazer parte da figura desta vez, ele é convidado pelo enunciador a imaginá-la, a aproximar-se dela. Dessa forma, a presente figurativização também se diferencia das anteriormente analisadas por não fazer referência ao passado, presente, futuro ou situação hipotética do enunciatório, mas a uma situação hipotética do enunciador.

A seguir, estão dois trechos com fenômenos interessantes: a mescla de dois percursos figurativos.

Foi o Senhor Jesus crucificado quem colocou o laço no pescoço de Hamã. Se, em sua vida, Hamã está para ser levantado em seu próprio cadafalso, então você precisa do ressurreto, vivo Senhor Jesus na outra ponta da corda. É somente Ele quem, pelo Seu Espírito Santo, o Grande Mardoqueu, pode colocá-lo e mantê-lo no lugar ao qual pertence.

Você não pode realizar a execução, mas cabe a você, e a você somente, a responsabilidade moral de confirmar a sentença de morte (52).

Você percebe que nunca foi propósito de Deus melhorar a carne, reeducá-la ou domá-la: deixe que o cristianismo sozinho o faça. O propósito de Deus sempre foi que a carne, condenada, sentenciada e crucificada com Jesus Cristo, pudesse ser deixada enterrada no túmulo e substituída pela vida ressurreta do Senhor Jesus Cristo. Ele deve usar o anel em Seu dedo, e exercer controle em sua mente, em suas emoções e vontades, expressando-Se assim por meio da sua personalidade (53).

No primeiro trecho, há dois percursos figurativos: o de Jesus Cristo e sua crucificação e o de Hamã e seu enforcamento. O enunciador entrelaça os dois percursos e aplica as figuras dos dois ao tema. Assim, afirma, por exemplo, que “Foi o Senhor Jesus crucificado quem colocou o laço no pescoço de Hamã”. O enunciador já sabe que Hamã representa a carne, então depreende desse entrelaçamento que a crucificação de Jesus deu fim à carne. Na segunda sentença, há novamente os percursos de Jesus e de Hamã, mas, dessa vez, aplicados à vida do enunciatório: “Se, em sua vida, Hamã está para ser levantado em seu próprio cadafalso, então você precisa do ressurreto, vivo Senhor Jesus na outra ponta da corda”. A

cena é de Jesus enforcando Hamã. Como já fora explicado, todavia, a mensagem é que o enunciatário precisa que Jesus dê fim à carne. Depois, o enunciador inclui o enunciatário na figurativização: “Você não pode realizar a execução, mas cabe a você, e a você somente, a responsabilidade moral de confirmar a sentença de morte”. O enunciatário é inserido nos percursos figurativos de Hamã e Jesus (mesclados anteriormente). A ele é atribuída a “responsabilidade moral de confirmar a sentença de morte”. Tal morte é de Hamã, ou seja, da carne, e a responsabilidade executiva é de Jesus, conforme explica o parágrafo. Assim, o enunciatário se torna participante da figurativização.

No segundo trecho, há três casos de mesclas de percursos figurativos. O primeiro deles encontra-se no seguinte enunciado: “O propósito de Deus sempre foi que a carne, condenada, sentenciada e crucificada com Jesus Cristo, pudesse ser deixada enterrada no túmulo e substituída pela vida ressurreta do Senhor Jesus Cristo”. Os dois percursos figurativos presentes são o da carne e o da morte de Jesus. Os dois são mesclados quando à carne são atribuídas as transformações pertencentes ao percurso figurativo da crucificação de Jesus: ser condenada, sentenciada, crucificada e enterrada no túmulo. É uma maneira de aproximar a realidade do enunciatário (a carne, presente em todos os seres humanos) às filosofias bíblicas (no caso, a de que, por meio da morte e ressurreição de Jesus, a carne foi substituída pela vida de Cristo). O segundo caso de mescla de percursos figurativos encontra-se no seguinte enunciado: “Ele deve usar o anel em Seu dedo, e exercer controle em sua mente, em suas emoções e vontades, expressando-Se assim por meio da sua personalidade”. Os dois percursos figurativos presentes são o de Jesus e o do livro de Ester. O de Jesus pode ser identificado pelo pronome “Seu” com inicial maiúscula que, na Bíblia, sempre se refere a uma das Pessoas da Trindade. No caso, sabe-se que é Jesus pelo contexto do parágrafo, que o menciona anteriormente. O percurso do livro de Ester pode ser identificado pela expressão “usar o anel em Seu dedo”, que remete ao anel que o rei transferiu a Hamã e posteriormente a Mardoqueu, simbolizando a transferência de poder. Os dois percursos são mesclados quando o enunciado afirma que Jesus deve usar o anel em Seu dedo, ou seja, que o poder sobre a mente, emoções e vontades do fiel deve ser transferido, da carne, para Jesus. Assim, o enunciador explica princípios bíblicos por meio das figuras do livro de Ester. Figuras estas que já foram explicadas anteriormente, tanto por meio de enunciados temáticos, como por meio de figurativizações extras.

Nesses dois exemplos de mescla de percursos figurativos, transparece o que foi dito no primeiro capítulo: que o texto exegético procura espiritualizar os fatos históricos da Bíblia e aplicá-los na vida do fiel. Ao mesclar diferentes figuras do texto bíblico em um mesmo

enunciado, o enunciador está afirmando que elas se equivalem e tratam do mesmo assunto. Assim, ao enunciar algo como colocar o anel em Jesus, o enunciador afirma que as figuras do livro de Ester e da crucificação de Jesus recobrem o mesmo tema, o da redenção. Dessa forma, entrelaça os dois percursos figurativos para afirmar que o livro de Ester é de aplicação espiritual, e não meramente um livro histórico. Além disso, envolver o enunciatário nesses entrelaçamentos é afirmar que a aplicação espiritual é na vida dele.

O texto exegético possui várias figurativizações criadas pelo exegeta e diversas ocorrências interessantes de figurativizações que se entrelaçam e que envolvem o enunciatário ou o próprio enunciador. O propósito deste subcapítulo da dissertação não foi analisar exaustivamente todos esses casos, mas selecionar amostras e analisá-las quanto à possibilidade de ser um dos processos de aproximação presentes na exegese. No caso, um processo de aproximação do enunciatário ao texto exegético e, conseqüentemente, ao texto-fonte. A partir das análises realizadas neste subcapítulo, é possível observar ao menos três características bastante recorrentes nas figurativizações criadas pelo enunciador do texto exegético.

A primeira delas é o uso de figuras não apenas existentes na realidade do enunciatário, mas corriqueiras e familiares para ele. Uma vez que figuras comuns estão presentes na realidade de grande parte das pessoas, aumenta-se, assim, a probabilidade de alcançar o enunciatário com as figuras escolhidas. Aumenta, conseqüentemente, a quantidade de destinatários que se identificarão com as figuras. E mesmo aqueles cujas realidades não correspondem às figuras compreenderão com bastante facilidade, por serem frequentes na realidade em que vivem. Além disso, o enunciador-exegeta empregou figuras para o enunciatário contemporâneo a ele. São, portanto, bem diferente das figuras empregadas pelo enunciador do texto bíblico, e um exemplo disso são as duas figurativizações do exegeta que empregam carros. Assim, o emprego de figuras comuns aproxima o enunciatário do tema que o enunciador deseja expor:

O enunciador utiliza as figuras do discurso para fazer-criar, ou seja, para fazer o enunciatário reconhecer 'imagens do mundo' e, a partir daí, a *verdade* do discurso. O enunciatário, por sua vez, crê-verdadeiro (ou falso ou mentiroso ou secreto), graças ao reconhecimento de figuras do mundo natural (BARROS, 2002, p. 118).

A segunda característica é a inclusão do enunciatário na figurativização. Ora ele é o sujeito da figurativização, ora é convidado a imaginá-la, mas poucas vezes não é incluído nela. Ao ser interpelado pelo pronome *você*, o enunciatário é convidado a entrar na figura e

ver a situação apresentada com seus próprios olhos. Às vezes, a recordar-se de um evento passado ou imaginar um acontecimento futuro. Outra vez, a imaginar uma situação do enunciador. Em geral, de uma forma ou de outra, o enunciatário é convidado a participar das figurativizações. Assim, o mesmo que se observa no nível linguístico – o pronome *você* dentro de enunciados figurativos – se observa no nível enunciativo: o enunciatário dentro das figuras e dentro da exegese, ou seja, deles aproximado. E, por conseguinte, com uma melhor compreensão delas e do tema que as subjaz.

A terceira característica recorrente observada é o simulacro da realidade feito pelas figuras, que é geralmente não apenas conhecida pelo enunciatário, mas vivida por ele. O enunciador remete as figuras, muitas vezes, ao passado, ao presente ou ao futuro do enunciatário. Em outras vezes, convida o enunciatário a participar de uma cena a ser descrita. Nesses casos, em que as figuras não estão apenas contidas na realidade em que o enunciatário está inserido, mas na realidade por ele vivida, ele é aproximado das figurativizações, muitas vezes sendo estimulado a pensar em fatos de sua própria vida, o que acrescenta um tom pessoal a elas. Assim, o enunciatário identifica-se pessoalmente com as figuras e, dessa forma, compreende melhor os temas, afinal: “O fazer-criar e o criar dependem de um contrato de verificação que se estabelece entre enunciador e enunciatário e que regulamenta, entre outras coisas, o reconhecimento das figuras” (BARROS, 2007, p. 72).

Outra característica recorrente que se pôde identificar nas amostras de figurativizações deste subcapítulo é a sequência que as contextualiza: apresentação da figurativização original, exposição do tema, figurativização extra (de criação do exegeta), explicação do tema e, então, a associação destes dois últimos momentos com a figurativização original, para a qual a exegese trouxe a interpretação.

A natureza da figurativização em geral não é, em princípio, voltada para facilitar a compreensão do tema pelo enunciatário. O que a teoria apresenta, é a figurativização como um nível (dispensável) de concretização do sentido. No entanto, a natureza das figurativizações criadas pelo exegeta, resumida acima nas três características recorrentes, denuncia a função aproximativa delas. O que a análise das amostras de figurativizações criadas pelo exegeta conclui é que, em geral, elas possuem a finalidade de aproximar o enunciatário do texto exegético e, conseqüentemente, do texto-fonte.

Por fim, cabe lembrar a diferença entre o texto exegético e o texto-fonte no que diz respeito ao caráter temático e figurativo, respectivamente, para o contraste sugerido no início do trabalho. De acordo com Barros:

Nos discursos temáticos enfatizam-se os efeitos de enunciação, isto é, de aproximação subjetiva ou de distanciamento objetivo da enunciação, em detrimento dos efeitos de realidade, que dependem mais fortemente dos procedimentos de figurativização (2007, p. 71).

Assim, enquanto o texto-fonte, figurativo, apresenta efeitos de realidade, o texto exegético, temático, enfatiza o efeito de aproximação subjetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação colocou sob análise a exegese *If I Perish, I Perish*, de autoria de Major W. Ian Thomas, e trouxe também para o foco do estudo, conseqüentemente, o livro de Ester, para o qual a exegese traz uma interpretação. A direção tomada pela análise do texto exegético foi a da teoria da enunciação. Não se pretendeu analisar o texto exegético sob o ponto de vista da enunciação exaustivamente, uma vez que ele se caracteriza como um livro. A proposta foi selecionar segmentos do texto para funcionarem como amostras de suas características enunciativas gerais a serem analisadas. Além de delimitar o *corpus* a ser analisado, o trabalho delimitou também os princípios da teoria da enunciação à luz dos quais as amostras seriam analisadas, afinal, seria muito extenso para o trabalho estudar as amostras selecionadas por todos os ângulos que a teoria da enunciação permite. Assim, foram determinados três aspectos da teoria da enunciação para a análise das amostras.

O processo exegético tem como objetivo interpretar determinado texto, ou seja, ser um intermediador entre o texto-fonte e o enunciatário, apresentando-lhe o tema de maneira mais acessível. Assim observado, o discurso exegético tem função aproximativa, uma vez que ele funciona como uma ponte, ligando enunciatário ao texto-fonte. Esse processo é, em geral, implícito. O objetivo da dissertação foi desvelar – sem o intuito de normatizar – processos possíveis de construção textual em um texto exegético que colaboram com essa função aproximativa da exegese. A fim de atingir esse objetivo geral, a análise procurou atingir três objetivos específicos: verificar como se dá a relação entre enunciador e enunciatário (como o enunciatário é aproximado do enunciador), verificar como se dá a relação entre o enunciador e o texto-fonte (a partir de tal relação é possível depreender como o enunciatário é aproximado do texto exegético) e verificar as figurativizações criadas pelo enunciador (como o enunciatário é aproximado do tema do livro de Ester, conforme proposto pela exegese). Os três objetivos específicos são aspectos da construção textual que podem contribuir com a função aproximativa da exegese. A seguir, serão resumidas as principais características observadas em relação a esses três aspectos e será verificado se elas contribuem ou não para a função de aproximação referida.

O primeiro aspecto sob cuja perspectiva as amostras foram analisadas foi o da relação do enunciador com o enunciatário. A instância do enunciador e do enunciatário é pressuposta. Todavia, pode ser marcada no texto, explicitando assim uma relação entre enunciador e enunciatário. As amostras selecionadas demonstraram a existência dessa relação no texto exegético.

A primeira evidência dessa relação está em conclusões sobre o enunciador. Primeiramente, e mais importante, o narrador do texto exegético está em primeira pessoa. Ou seja, o enunciador, cujo porta-voz no enunciado é o narrador, refere-se a si por meio do pronome *eu*. Esse fato já demonstra que a relação entre enunciador e enunciatário é marcada no enunciado. Além disso, os enunciados são marcados pela subjetividade: o enunciador dá opiniões pessoais, compartilha sentimentos, e até apresenta sua família e o lugar onde vivem. Assim, ele se coloca no texto como uma pessoa real e com certo grau de intimidade com o enunciatário, ou seja, dele aproximado.

A segunda evidência da relação entre enunciador e enunciatário está em conclusões sobre o enunciatário. Primeiramente, e mais importante, o narrador interpela o narratário com frequência por meio do pronome *você*. Isso reafirma que a relação entre enunciador e enunciatário é marcada no enunciado. Além disso, o narratário é interpelado de maneira afetiva pelo enunciador, em um simulacro de uma conversa entre um *eu* e um *tu*. Interpela-o também com perguntas acerca do enunciado, ora questionando-lhe a compreensão ora convidando-o a prosseguir a leitura. O narratário também é colocado no mesmo patamar do narrador, ou seja, são aproximados para haver de fato o simulacro de conversa. Essa nivelção se dá quando tanto o narrador quanto o narratário são empregados nas exemplificações e quando o narrador se identifica com o narratário, ao colocar-se, em determinado trecho, também na condição de fiel. Por fim, há tentativas de materialização do narratário. Isso acontece, por exemplo, quando o narrador interpela o narratário como pastor ou estudante, ao tentar defini-lo. Em resumo: ser interpelado, muitas vezes com perguntas, pelo enunciador, ser nivelado com o enunciador e ser materialmente identificado por este são, claramente, tentativas de aproximar o enunciatário do enunciador.

Dessa forma, o primeiro aspecto da análise verificou a existência do primeiro ângulo aproximativo presente na construção do texto exegético: entre enunciador e enunciatário. A existência de marcas dessa relação confere um caráter subjetivo ao texto exegético. E o efeito da subjetividade é justamente aproximar o enunciatário do enunciado por meio do enunciador, fazendo-o identificar-se com este. Eis, assim, um dos processos de aproximação do texto exegético que contribuem para a função aproximativa da exegese.

O segundo aspecto sob cuja perspectiva as amostras foram analisadas foi o da relação entre o enunciador e o texto-fonte. Ou seja, como o enunciador cita o discurso bíblico, alvo da interpretação, em seu discurso. Essa relação pode fazer com que o enunciatário se aproxime do texto exegético, conforme demonstraram as amostras selecionadas para análise.

A primeira característica constatada foi a maioria das ocorrências de discurso citado ser em discurso direto. Esta modalidade de discurso citado ajuda o enunciatário a visualizar os segmentos interpretativos e acompanhar a trajetória exegética do enunciador do discurso citante. Além disso, é atrativo para o enunciatário-fiel que a exegese seja do texto em sua forma literal, e não da idéia que o exegeta tem de determinados segmentos (sua “tradução”, ou seja, o texto citado indiretamente), o que gera efeito de sentido de respeito. Constatou-se também a presença de ilhas enunciativas. Ao mesclar o discurso exegético com o discurso bíblico, o enunciador mostra ao enunciatário que ambos os discursos são congruentes e podem ter fragmentos intercambiados sem a perda do sentido proposto pela exegese, funcionando como uma prova da compatibilidade do tema proposto pela exegese com o tema que de fato subjaz ao texto-fonte, criando o efeito de sentido de coerência e veracidade. Por fim, outro aspecto que se evidenciou nas amostras foi a natureza dos verbos *dicendi*. A maioria das ocorrências do discurso direto não é introduzida por verbos *dicendi* e, quando estão presentes, são verbos de valor descritivo. Dessa forma, verifica-se a intenção de manter o discurso bíblico isento de marcas de subjetividade.

A partir das características acima apresentadas da relação entre o enunciador e o texto-fonte é possível depreender como o enunciatário é aproximado do texto exegético. De maneira geral, o que se pode perceber da maioria das características destacadas é o cuidado em evitar que o discurso bíblico seja afetado pela subjetividade. Isso é observável na maioria das ocorrências de discurso citado ser em discurso direto, na ausência, na maioria dos casos, de verbos *dicendi* e, na sua presença, terem valor descritivo. Esse cuidado gera um efeito de credibilidade para o texto exegético, ou seja, aproxima o enunciador deste, ao fazê-lo confiar na imparcialidade e objetividade com que a interpretação foi realizada.

O terceiro aspecto analisado nas amostras foi a figurativização. Ou seja, como o enunciador cria figurativizações a fim de facilitar a exposição do tema que acredita subjazer ao texto-fonte. Três características mais recorrentes e duas com menor frequência, mas de semelhante importância, foram observadas.

A primeira foi o uso de figuras corriqueiras e familiares. Isso aumenta a possibilidade de o enunciatário se identificar com a figura, ou seja, de um número maior de destinatários identificar-se com ela. Mesmo se não houver essa identificação, qualquer enunciatário, em princípio, reconhece as figuras, por serem bastante comuns. A segunda característica observada foi a inclusão do enunciatário na figurativização. Em diversas ocorrências, o enunciatário é ora sujeito das transformações representadas pelas figuras ora é convidado a imaginá-las. De qualquer maneira, é interpelado pelo pronome *você* e convidado a colocar-se

na situação apresentada pela figurativização. Dessa forma, ele a compreende melhor, e, conseqüentemente, compreende o tema que o enunciador procura explicar por meio dela. Por fim, a terceira característica recorrente foi o fato de as figurativizações remeterem a realidade que representam não apenas ao mundo em que o enunciatário está inserido, mas ao mundo em que já viveu, vive, ou viverá. Assim, o enunciatário identifica-se pessoalmente com a situação apresentada. Em resumo: o uso de figuras comuns, a inclusão do enunciatário nas figurativizações e a realidade apontada pelas figuras ser a realidade existente no passado, no presente, ou no futuro do enunciatário colaboram para aproximá-lo das figurativizações, melhorando sua compreensão. Por consequência, ele é aproximado dos temas por elas recobertos.

A primeira das duas outras características observadas é o ciclo: apresentação da figurativização original, exposição do tema, figurativização extra (de criação do exegeta), explicação do tema e, então, a associação destes dois últimos momentos com a figurativização original, para a qual a exegese trouxe a interpretação. Dessa associação na parte final do ciclo, sobressai a segunda característica relevante: a mescla entre dois percursos figurativos, o do texto-fonte e o do texto exegético. Ambas as características aproximam o enunciatário do tema. Ao ordenar as partes da interpretação de forma tão didática e concluí-la com a mescla entre figurativização original, tema e figurativização extra auxiliam muito a compreensão do tema pelo enunciatário.

As três divisões da análise cumpriram os objetivos específicos da dissertação: foi verificada a relação entre enunciador e enunciatário, e assim aclaradas as formas como o enunciador é aproximado do enunciatário; foi verificada a relação entre enunciador e texto-fonte, e, a partir dela, percebido como o enunciatário é aproximado do texto exegético; e foram verificadas as figurativizações criadas pelo exegeta, e assim demonstrado como o enunciatário é aproximado do tema que o exegeta acredita subjazer ao texto-fonte. Por meio desses três objetivos específicos, alcançou-se o objetivo central da dissertação: o de desvelar processos possíveis na construção de um texto exegético que contribuem com a função aproximativa da exegese.

A enunciação, como ato singular, não é passível de ser estudada cientificamente. Todavia, é possível apreender, “de fato, o acontecimento enunciativo *através dos vestígios observáveis que ele deixa no enunciado*” (MAINGUENEAU, 2001, p. 6). Ou seja, com as marcas “pode-se reconstruir o ato enunciativo. Este não é da ordem do inefável, mas é tão material quanto o enunciado” (FIORIN, 2008b, p. 138). Não se pode saber ao certo a situação enunciativa do exegeta, quem ele é, quem é o enunciador. Todavia, o enunciado, como

produto, apresenta marcas que remetem à enunciação. Na enunciação, pressuposta em relação ao enunciado, há um *eu* igualmente pressuposto, o enunciador. E, como para todo *eu* há um *tu*, há também um enunciatário pressuposto. O enunciador e o enunciatário correspondem, respectivamente, ao autor e leitor implícitos. É possível perceber, no enunciado, as marcas da enunciação relativas ao enunciador e ao enunciatário. Ou seja, qual imagem deles é construída no enunciado. A imagem construída do enunciador chama-se *éthos*, e a imagem construída do enunciatário chama-se *páthos*.

O enunciador apresenta-se como um exegeta confiável, neutro, sensato e ponderado, porque evita contaminar o texto bíblico e procura fundamentar a interpretação somente sobre a lógica. Além disso, apresenta um caráter simples, sincero e franco devido à simplicidade e transparência da linguagem empregada e mostra-se agradável por conta do humor presente em algumas partes de seu enunciado. Por fim, apresenta-se em nível de igualdade com o enunciatário e em solidariedade a este. Estas duas últimas características ganham destaque especial por serem as mais marcantes ao longo do texto exegetico. De acordo com a aplicação que Fiorin (2008b, p. 140) faz dos princípios de Aristóteles, o *éthos* do enunciador da exegese utiliza-se muito mais da *eúnoia* (que “erige suas provas muito mais com base no *páthos*”) do que da *phrónesis* (que “constrói suas provas muito mais com os recursos do *logos*” (do discurso)) e do que da *areté* (que “constrói suas provas muito mais com os recursos do *éthos*”). De acordo com Fiorin ainda na página 140, o enunciador “que usa a *eúnoia* apresenta-se como alguém solidário com seu enunciatário, como um igual, cheio de benevolência e de benquerença”. Assim ocorre na exegese, pois o enunciador coloca-se no mesmo nível do enunciatário, trata-o com proximidade, questiona por vezes sua compreensão do enunciado e demonstra benquerença, como no segmento abaixo:

Você já rogou pelo perdão de Deus, concedido por meio da morte de Cristo? Sabe se recebeu o Espírito Santo, em cuja Pessoa o Senhor Jesus Cristo veio a fim de habitar em você? Sabe se já recebeu Aquele dá testemunho ao seu espírito de que você se tornou um filho de Deus? Caso contrário, faça isso agora, antes de ler mais uma página, e resolva esse assunto de uma vez por todas. Você será feliz se o fizer! (54).

O próprio número de ocorrências do pronome *você*, oito vezes maior do que o número de ocorrências do pronome *eu*, já demonstra a preocupação com o enunciatário e a maior utilização da *eúnoia*.

O enunciador apresenta-se como um homem inglês e pai de família. O assunto da exegese e a ideologia do discurso conferem ao *éthos* a característica de ser um exegeta

protestante. O ritmo do texto (os ciclos utilizados para a interpretação de segmentos diversos) demonstra sua preocupação com a compreensão do enunciatário. As figurativizações configuram o enunciador como ao menos conhecedor da realidade urbana (ao citar figuras com veículos, estradas) e alguém que valoriza a instituição familiar, pois ela está presente em diversas figurativizações. O *éthos* também transparece certo grau de afeição por animais, uma vez que as duas figurativizações de maior extensão são centradas em animais, em relação aos quais o discurso é afetivo. Em resumo, o *éthos* do enunciador, apesar de transparecer preocupação em manter objetividade ao lidar com o texto bíblico, procura passar afetividade ao enunciatário, e seu discurso é subjetivo.

Em relação ao enunciatário, cabe lembrar que ele não é um mero receptor passivo do enunciado, “mas é um produtor do discurso, que constrói, interpreta, avalia, compartilha ou rejeita significações” (FIORIN, 2008b, p. 154). Por isso é chamado também de co-enunciador e de sujeito da enunciação, em conjunto com o enunciador. Para produzir o enunciado, é necessário conhecer aquele a quem se dirige.

Bem como conclusões sobre o *éthos* do enunciador, a análise do enunciado exegético permite recuperar algumas conclusões gerais acerca do *páthos* do enunciatário. O enunciatário apresenta-se como protestante, uma vez que os principais temas do cristianismo protestante são apresentados sem grandes explicações, já desde o início da exegese. A linguagem escolhida pelo enunciador é simples, com vocábulos corriqueiros, o que denuncia o objetivo de alcançar aquele enunciatário de domínio vocabular comum, ou seja, não restringe seu público com o uso de vocabulário rebuscado. O *páthos* do enunciatário construído pelo enunciador não consegue extrair o tema por baixo figuras do livro de Ester e tem a necessidade das figurativizações extras para poder visualizar e compreender o tema. As figurativizações, por si, também denunciam algumas características do *páthos*: ele vive em um ambiente familiar, valoriza-o e está acostumado a modernidades, como o uso de automóveis.

O gênero exegese identifica-se por função como um texto que aproxima o leitor de outro texto. Todavia, no decorrer de um texto exegético, não há alertas ao leitor ou indicações a todo o momento de que este está sendo aproximado do texto interpretado. O que o presente estudo revelou foram processos de construção textual implícitos no texto exegético que colaboram para essa aproximação e que não são abordados pelo texto. Assim, a análise representa o desvelo de procedimentos de construção textual que colaboram para que uma exegese atinja seu objetivo aproximativo. Evidencia os processos responsáveis por determinados efeitos de sentido que colaboram para essa aproximação. Uma vez evidenciados

e relacionados aos efeitos de sentido que produzem, esses processos podem ser empregados conscientemente na produção de outros textos de mesmo objetivo.

A presente dissertação não pretendeu, todavia, esgotar todos os processos de construção textual com efeito de sentido aproximativo. O foco foi a análise dos principais processos sob a luz da enunciação e, portanto, diversos processos que também contribuem com o caráter aproximativo de um texto exegetico foram deixados de fora. Uma pesquisa de importante valor para a continuidade desses estudos revelativos daria ênfase, por exemplo, nos processos persuasivo-argumentativos empregados pelo exegeta. Ou se aprofundaria mais na questão do *éthos* e do *páthos*, mencionada aqui com a finalidade de concluir a análise. Outra pesquisa relevante abrangeria as categorias enunciativas tempo e espaço, deixadas de fora neste trabalho a fim de dar ênfase na pessoa e nas questões de subjetividade que dela derivam.

Assim, muitos processos na construção textual são responsáveis por alcançar o objetivo a que uma exegese se propõe, mas estão implícitos. A dissertação revelou alguns desses processos com o intuito de transformar meios intuitivos em ferramentas optativas e passíveis de serem empregadas conscientemente na construção de textos exegeticos ou de função similar.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Interação em anúncios publicitários. In: PRETI, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. *Teoria do discurso: Fundamentos semióticos*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2007.

BEAL, Timothy K.; LINAFFELT, Tod. *Ruth and Esther*. Collegeville: The Liturgical Press, c1999.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 5. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. *Problemas de lingüística geral II*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. Tradução de João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica Trinitariana do Brasil, 1994. Edição corrigida e revisada fiel ao texto original.

BRENEMAN, Mervin. *Ezra, Nehemiah, Esther*. Oxford: Broadman & Holman, c1993. (The New American Commentary)

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COGGINS, Richard J.; RE'EMI, S. Paul. *Israel among the nations: a commentary on the books of Nahum and Obadiah*. [S. l.]: Grand Rapids: Wm. B. Eerdmann, c1985. (International Theological Commentary).

DINES, Jennifer M. *The Septuagint*. London: T&T Clark, c2004.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Médio Dicionário Aurélio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008a.

_____. *Elementos da análise do discurso*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008b.

FRANCISCO, Edson de Faria. *Manual da Bíblia Hebraica: Introdução ao Texto Massorético*. 1. ed. São Paulo: Vida Nova, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Elementos de lingüística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PATON, Lewis Bayles. *A Critical and Exegetical Commentary on: the Book of Esther*. New York: Charles Scribner's Sons, 1908.

ROBERTS, Mark. *Mastering the Old Testament: Esra, Nehemiah, Esther*. Dallas: Word Publishing, 1993. (The Communicator's Commentaries)

ROOP, Eugene F. *Believers Church Bible Commentary: Ruth, Jonah, Esther*. Scottdale: Herald Press, c2002.

THOMAS, W. Ian. *If I Perish, I Perish: The Christian Life as Seen in Esther*. [S. l.: s. n.], 1967.

VALLAURI, Emiliano et al. *Introdução à Bíblia: Os últimos livros históricos: Esdras-Neemias, 1-2 Crônicas, Tobias, Ester, Judite, 1-2 Macabeus*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1983. v. III/1.

ANEXO

1 Before we begin to examine the story I would like to say a word concerning Bible exegesis, or exposition, which I trust may be helpful to all and especially to those whose responsibility it is to take the Word of God and unfold its message to others (p. 15, 16).

2 If the conscience of convenience determines only what is consequentially right and what is consequentially wrong, then the conscience of conviction determines what is morally right and what is morally wrong. In other words, what is right because it is right, and what is wrong because it is wrong – and for no other reason (p. 49, 50).

3 In the little time that still remained, the all-important issue would have to be decided – for there was a gallows in the garden. Who was going to hang? Haman or Mordecai? Ultimately, this is the all-important issue that must be decided in *your* heart, as it must be decided within the heart of every true believer.

If Christ is on the cross, then self is on the throne; but if self is on the cross, then Christ is on the throne.

There is a gallows in the garden!

Who is going to swing? (p. 69).

4 My home is at Capernwray Hall, which is a Conference Grounds and Bible School, just south of the Lake District in a very beautiful part of Northern England. Although my ministry in different parts of the world involves long periods of separation from my family, that is where I live with my wife and four boys (p. 117).

5 I'm tired of religion – and to be entirely honest I know of nothing quite so boring as Christianity without Christ (p. 11).

6 Mordecai will represent the Person of the Holy Spirit, of whose presence the unregenerate soul is destitute – and you and I were born in this unregenerate condition (p. 21).

7 The basis was that of adoption, just as you and I must receive “the Spirit of Adoption”, if we are to be born again into the family of forgiven sinners [...] (p. 93).

8 Allow me to disillusion you, gentle friend, if out of charity you feel inclined to champion his cause! (p. 23).

9 Is this the effect that *your* life has upon your neighbors, upon your workmates, upon your fellow-students, and upon your own children? (p. 102).

- 10 Has God changed *your* name yet? (p. 109).
- 11 Ultimately, this is the all-important issue that must be decided in *your* heart, as it must be decided within the heart of every true believer (p. 69).
- 12 Three days and three nights! The third morning! Does this remind you of anything? (p. 58).
- 13 Who do you think was there? The picture is magnificent! Who do you think came into the court just at that psychological moment? (p. 73, 74).
- 14 I would love to have seen Haman's face, wouldn't you? (p. 75).
- 15 Perhaps you have an imagination vivid enough to suppose with me, for a moment, that I have decided to embark upon a certain experiment.
Imagine, if you will, that I have come to the conclusion that the pig as a species has been grossly misjudged (p. 117).
- 16 Maybe you remember the first time you had a puppy in the home – a sweet, fluffy little thing! You had not had the puppy in the home for long, however, before you discovered that it needed to develop a conscience about certain matters!
Can you imagine slipping out to do some shopping some morning, just before lunch, leaving a nice juicy piece of steak upon the kitchen table? (p. 46).
- 17 Preacher, you may say to yourself [...] (p. 43).
- 18 Perhaps you are a student at Bible college or seminary [...] (p. 43).
- 19 The lesson to be learned was as hard for Esther then as it is for us today (p. 55).
- 20 Outward form and ritualistic pattern had become a substitute for the spontaneous expression of the indwelling life of Christ (p. 116).
- 21 In other words, when the Holy Spirit names it – call it by its name! Admit and confess it for the sin that it is. Claim instantly the cleansing that God has promised through the blood of Christ, and be thankful that the Greater Mordecai (the Holy Spirit) is in residence – constantly alert, and ready instantly to expose the wickedness of Haman's breed, and to save you from the evil (p. 112).

22 [...] I know of no other single book in the whole of the Old Testament which more lucidly illustrates the principles governing the Christian life. Nor is there a book which demonstrates more clearly what spiritual new birth really involves and what conditions must be met, to be filled with the Holy Spirit and to become effective for God.

Within the pages of the Book of Esther there is to be found a wealth of understanding concerning the implications of true discipleship, and concerning that relentless war for final supremacy being waged within the soul of man between good and evil – between God and the devil. It is fascinating beyond description to find, with the unfolding of the story, so meticulous and explanation of so much that often baffles the honest but hard-pressed believer (p. 15).

23 In chapter three we saw the Holy Spirit resisted; in chapter two, the Holy Spirit received [...] (p. 40).

24 King Ahasuerus was sold to Haman utterly, as the soul of the unregenerate is sold out to the flesh, and his behavior subject to the demands of a rebel regime that denies to God His right to be God (p. 33).

25 Haman the Agagite will represent what in the New Testament is called the flesh [...] (p. 20).

26 Let us turn our attention for a moment to Mordecai and discover what we may about him.

“Now in Shushan the palace there was a certain Jew, whose name was Mordecai... a Benjamite;

“Who had been carried away from Jerusalem with the captivity which had been carried away with Jeconiah king of Judah, whom Nebuchadnezzar the king of Babylon had carried away” (2:5, 6) (p. 35).

27 Esther, being unsuccessful in her attempts to comfort Mordecai by her own devices, decided that the only sensible thing to do would be to allow Mordecai to explain the situation to her for himself, and give her his instructions (p. 45).

28 “And Mordecai told him of all that had happened unto him, and of the sum of the money that Haman had promised to pay to the king’s treasuries for the Jews, to destroy them.

“Also he gave him the copy of the writing of the decree that was given at Shushan to destroy them, to shew it unto Esther...” (4:7, 8).

Before Haman could be brought to the gallows, Mordecai knew that it would be necessary first to convince Esther the queen of the wickedness of this sinister character, and of the murderous intent that lay beneath his charming manner.

It is just at this point, too, that true spiritual conviction begins. It is an activity of the Holy Spirit within the human spirit, before its fullest impact is made upon the soul (p. 45, 46).

29 Willingness to die is the price that you must pay if you want to be raised from the dead and live and work and walk in the power of the third morning, sharing the resurrection life of Jesus Christ on earth. In this you are identified with Him in the relentless unfolding of God's redemptive purposes, which are to find their final consummation in the glorious appearing of our triumphant, risen Lord.

[...]

Lips quivering, every limb trembling, and with a heart thumping fit to burst, it was a pale-faced slip of a girl who stepped out on that third morning as she crossed the threshold of the royal court into the presence of the king, uninvited. She had nothing to lose, for she was already dead – self-sentenced; but she had everything to gain!

[...]

“Now it came to pass on the third day, that Esther put on her royal apparel, and stood in the inner court of the king's house... and the king sat upon his royal throne in the royal house...

“And it was so, when the king saw Esther the queen standing in the court, that she obtained favour in his sight: and the king held out to Esther the golden sceptre that was in his hand. So Esther drew near, and touched the top of the sceptre” (5:1, 2) (p. 58, 59, 60).

30 Thus the murderous decree was published “according to all that Haman had commanded”, but “in the name of king Ahasuerus was it written, and sealed with the king's ring” (p. 34).

31 King Ahasuerus reigned, we are told in chapter one verse one, “From India unto Ethiopia, over an hundred and seven and twenty provinces,” [...] (p. 19).

32 Hatach had been sent by Mordecai, not only to show to Esther the copy of the writing of the decree that was given at Shushan to destroy the Jews, but also “to charge her that she should go in unto the king, to make supplication unto him, and to make request before him for her people” (4:8) (p. 53).

33 Needless to say, Haman was proud fit to burst at this double invitation to dine with the queen and “went forth that day joyful and with a glad heart” (5:9) (p. 67).

34 **LOBSTER!**

Mind you, it does not exactly say lobster – it could have been gorgonzola cheese. Something rich too late at night, perhaps: but whatever it may have been, “on that night could not the king sleep” (6:1) (p. 71).

35 It is recorded in the first chapter of the Book of Ezra that the Lord so stirred up the spirit of Cyrus, king of Persia, that he made a proclamation throughout all his kingdom [...]

(p. 36).

36 With their discomfoting prophecies of impending disaster still upon the lips of Haman's friends, the king's chamberlains burst in upon this gloomy scene, and hastened to bring him to the banquet that Esther had prepared (p. 78).

37 Let us turn our attention for a moment to Mordecai and discover what we may about him.

“Now in Shushan the palace there was a certain Jew, whose name was Mordecai... a Benjamite;

“Who had been carried away from Jerusalem with the captivity which had been carried away with Jeconiah king of Judah, whom Nebuchadnezzar the king of Babylon had carried away” (2:5, 6) (p. 35).

38 If there was one thing more than another which made Haman livid, it was the fact that in the king's gate there was one who looked him straight in the eyes with cold contempt, and whose head was never bowed in his presence.

“Then the king's servants, which were in the king's gate, said unto Mordecai, Why transgressest thou the king's commandment?

“Now it came to pass, when they spake daily unto him, and he hearkened not unto them, that they told Haman, to see whether Mordecai's matters would stand: for he told them that he was a Jew.

“And when Haman saw that Mordecai bowed not, nor did him reverence, then was Haman full of wrath” (3:3-5) (p. 27).

39 Haman saw in the Jews a threat to his authority, a threat personified in the unbending defiance of Mordecai.

“And he thought scorn to lay hands on Mordecai alone; for they had shewed him the people of Mordecai: wherefore Haman sought to destroy all the Jews that were throughout the whole kingdom of Ahasuerus, even the people of Mordecai (p. 29).

40 This being so, I need hardly say that I do not claim any monopoly whatsoever in the interpretation of the Book of Esther, but simply add these thoughts to the countless others which have already been legitimately expressed [...] (p. 18).

41 In the fourth chapter of his epistle to the Galatians, and with reference to the birth of Isaac and Ishmael, Paul writes in the twenty-fourth verse, “which things are an allegory.” The Apostle clearly recognizes that behind the historical events there is a unique symbolism by which the Holy Spirit has chosen to illustrate in the Old Testament spiritual truth enunciated in the New Testament. It is a correct understanding of this hidden symbolism which offers to us the key to correct spiritualization, which in turn provides the basis for accurate Biblical illustration.

Correct spiritualization provides the expositional constants to which all Biblical illustration must be true, if it is to be accurate and safe, for these constants involve principles which may never be violated.

Allow me to explain to you what I mean by an expositional constant. The Holy Spirit as Author of the Bible has chosen particular people, nations, countries, animals or inanimate objects as symbols with which to convey certain different spiritual meanings. Once you have learned the language of the Holy Spirit and recognize one of these symbols in any particular portion of the Bible, you will be alerted to the fact that He is making reference to that which is represented by the particular symbol which He is using.

It is the spiritual significance of these symbols which I have described above as a “spiritual constant,” because of the relentless consistency with which the Holy Spirit uses these symbols throughout the whole of the Bible. One such which readily comes to mind is oil, which in both Old and New Testaments always represents the person, office and work of the Holy Spirit Himself, as indeed do the wind and fire.

[...]

An allegory is the describing of a subject under the guise of another which resembles and suggests it, as of course was the case in the use made by the Lord Jesus of parables. By this means He clarified the truth which He wished to communicate, underlined it and impressed it upon His hearers (p. 16, 17, 18).

42 I’m tired of religion – and to be entirely honest I know of nothing quite so boring as Christianity without Christ.

Have you ever tried to start a car without fuel, until there wasn’t a spark left in the battery? Then you will know exactly what I mean, for there are few things more frustrating than a car that will not go. Everything is nicely greased and in its rightful place, and all the working parts move dutifully, but try as you may, there isn’t the suspicion of a kick, no the tiniest evidence of life in the engine. You might just as well dump the thing, for all the chance you have of getting it on the move!

Countless people have stopped going to a place of worship simply because they are sick of going through the motions of a dead religion. They are tired of trying to start a car on an empty tank! (p. 11).

43 Maybe you can remember the first time you had a puppy in the home – a sweet, fluffy little thing! (p. 46).

44 If you still fail to grasp what I am getting at, then ask yourself next time you are driving too fast in a speed restricted area, why it is you look so often and so anxiously in the mirror! (p. 48, 49).

45 When a blazing log falls out of the fire, for instance, you decide not to pick it up with your hands, because that would be consequentially wrong – your hands would get burned! No moral issue, however, is involved in this decision. It is an animal choice which any sensible animal would make, faced with a comparable situation.

You walk by the exercise of your animal will the way a dog would walk – except that you only have two legs to do it with! You sit down, physically, the way a dog sits down, and

you step into a car, physically, the way a dog steps into a car. That will which you exercise to bring the body into action to do these things is not morally involved (p. 96).

46 The moral factor may well be introduced, however, if you are sitting down, when the work which you are paid to do demands that you should be standing up. Furthermore, though there may be no moral choice involved in the physical act of walking, there may well be a moral choice involved in the *direction* you have chosen to walk, and the company into which this will bring you.

Stepping into the car, starting the engine and driving down the road may demand no more than a series of physical acts with which your moral conscience and your moral will remain totally unconcerned, until you reach the main highway. There you have to decide whether to turn to the right or to the left. To turn to the right would take you to the club, where, as an alcoholic you used to get drunk; to turn to the left would take you home to your wife and family.

[...]

If the *flesh* is successful in silencing your moral conscience and in exerting its influence over your animal will, you will turn right at the main highway, and end up at the club – morally defeated. On the other hand, if the Holy Spirit enables your *moral* will to exercise control over your animal will, you will turn left and arrive home, to the delight of your wife and children, and to the inexpressible joy of your own soul – morally victorious (p. 96, 97).

47 “But that’s just it,” you say, “right there when I hit the highway, and have to make the choice – that’s there I run into trouble! That’s where I am beaten again and again! How can I get my animal will into harmony with my moral will? How, in my experience, can I get the ring on the right finger?” The answer lies in your attitude toward the Lord Jesus Christ, whose life you share (p. 97, 98).

48 Given half a chance, the nature of the beast is to get back to where it belongs, and this you have found to be true in your *own* experience. The flesh within you has never ceased to love sin, and never will. Given half a chance it, too, will want to get back to where it belongs and wallow in the muck!

This is why the godliest of men still have latent within them the most terrible potential for evil. It is the godliest of men who know it best, for it is the acknowledgement of this very fact which is the secret of their godliness. They have learned long since, with King Ahasuerus, and often by bitter experience, that character does not change for the better by improving the flesh, but by allowing it to be replaced by the Holy Spirit – for pig is pig! Only the Holy Spirit can render its pernicious appetites inoperative (p. 119, 120).

49 This can never be accomplished by putting Haman through the beauty parlor! It is the gallows he needs – with the ring off his finger and the rope around his neck! (p. 122).

50 We teach it to wipe its feet when it comes into the house, to sit up at the table, to bow its head when we say grace, and to sleep at night between the sheets and the blankets with which we provide it, in its own little bed (p. 118).

51 Perhaps you have an imagination vivid enough to suppose with me, for a moment, that I have decided to embark upon a certain experiment.

Imagine, if you will, that I have come to the conclusion that the pig as a species has been grossly misjudged; that the idea that a pig wallows in the muck by choice, and that by nature it loves the dirt, is wholly unfounded (p. 117).

52 It was the crucified Lord Jesus who put the noose around Haman's neck; but if in your experience Haman is to be hoisted on his own scaffold, then you need the risen, living Lord Jesus at the other end of the rope. It is He alone who, by His Holy Spirit, the Greater Mordecai, can put him and keep him where he belongs. You cannot carry out the execution, but to you, and to you alone belongs the moral responsibility of confirming sentence of death (p. 125).

53 You realize that it was never God's purposed to improve the flesh, to re-educate or tame it – let alone Christianize it. It has always been God's purpose that the flesh, condemned, sentenced and crucified with Jesus Christ, might be left buried in the tomb and replaced by the resurrection life of the Lord Jesus Christ Himself. He must wear the ring upon *His* finger, and once more exercise control in the area of your mind, your emotions and your will, expressing Himself through your personality (p. 84).

54 Have you claimed forgiveness from God through the death of Christ on your behalf? Do you know that you have received the Holy Spirit, in whose Person the Lord Jesus has come to live within you, and who bears witness to your spirit that you have become a child of God? If not, would you do this now, before you read another page, and settle this issue forever? You will be so glad if you do! (p. 40).